

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

ALLYSON EDUARDO DA SILVA LIMA

**O ARAUTO E O REI:
padre Antônio Vieira e a construção do Império Português**

**Alfenas/MG
2016**

ALLYSON EDUARDO DA SILVA LIMA

**O ARAUTO E O REI:
padre Antônio Vieira e a construção do Império Português**

Dissertação de Mestrado apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Ibérica pelo Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica

Orientador: Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandez

**Alfenas/MG
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Alfenas

Lima, Allyson Eduardo da Silva
O Arauto e o Rei: padre Antônio Vieira e a construção do Império
Português / Allyson Eduardo da Silva Lima. -- Alfenas/MG, 2016.
66 f.

Orientador: Paulo Romualdo Hernandez
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de
Alfenas, 2016.
Bibliografia.

1. Vieira, Antonio - 1608-1697. 2. Jesuitas - Educação.
3. Portugal - História - Revolução - 1640. 4. Histórias em Quadrinhos. I.
Hernandes, Paulo Romualdo. II. Título.

CDD-946.9032

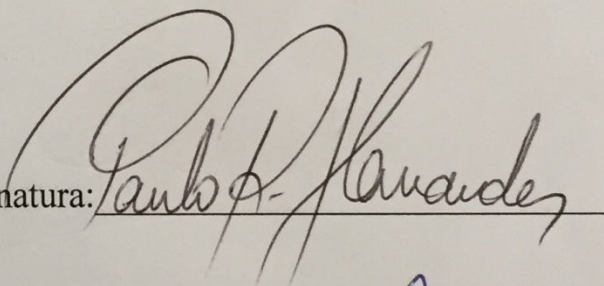
ALLYSON EDUARDO DA SILVA LIMA

“O ARAUTO E O REI: PADRE ANTÔNIO VIEIRA E A CONSTRUÇÃO DO
IMPÉRIO PORTUGUÊS”.

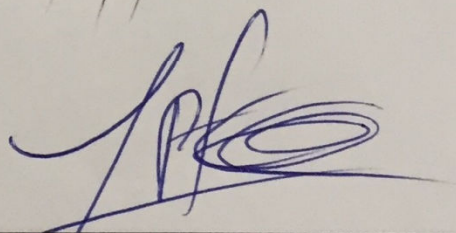
A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação apresentada como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre em
História Ibérica pela Universidade Federal de
Alfenas. Área de concentração: Ensino e
Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 29/09/2016

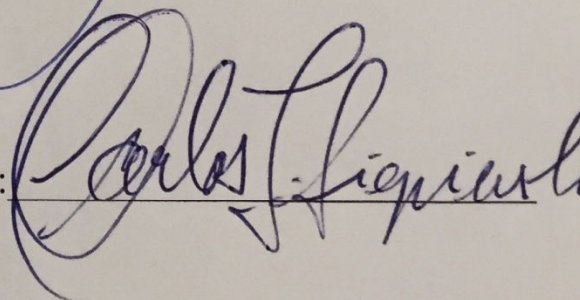
Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandez
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Prof. Dr. João do Prado Ferraz Carvalho
Instituição: Universidade Federal de São Paulo
UNIFESP

Assinatura: 

Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

À Alice e ao Ernesto, cana e engenho da minha vida. Sempre.

Papai

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Anésio Vaz de Lima e Síría Pereira da Silva Lima, ao meu irmão Everson Alexandre da Silva Lima e aos meus tios José Aparecido de Lima e Maria Neide Pereira da Silva, pelo imenso suporte durante toda a vida. Nada disso seria possível sem a constante presença de cada um ao meu lado e junto aos meus filhos sempre que estive ausente.

Ao meu orientador, admirável professor Paulo Romualdo Hernandes, por acreditar em mim mais que eu mesmo. Pela sabedoria, paciência, dedicação, empatia, cordialidade e confiança transmitida a cada instante desta marcha.

Aos professores, pela inspiração a cada leitura ou reflexão. Sinto-me honrado em ter sido contemporâneo e aprendiz de cada um de vocês, Carlos Tadeu Siepinski, Marcos Roberto de Faria, André Luis Pereira Miatello, Aparecida Maria Nunes, Adailson José Rui, André Luiz Sena Mariano, Cláudio Umpierre Carlan, Cláudia Regina Bovo e Renata Cristina de Sousa Nascimento.

Aos avaliadores, querido professor Tadeu, supracitado e ao professor João do Prado Ferraz Carvalho, pela honra da leitura e valiosa apreciação dos resultados.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação, pela comunhão de sacrifícios e superação, em especial, Luis César Schiavetto, Gentil Cândido da Silva, Milton Aparecido da Silva e Cleiton de Oliveira.

Aos amigos do Conclave, Robson Machado, Luis Filipe “Chalita” Rosa Sá, Luan “Pantano” Moraes, Michael Giandoso, Leonardo Neves e André “Kiss” Arianda, pela incondicional amizade de longa data, leais companheiros de toda vida.

Aos meus queridos alunos, que tanto me inspiram a manter a cabeça erguida e a seguir lutando. Em especial, Evelyn Kathryn Souza Cypriano, Lucas Rodrigues Gomes e Isabela Roza Pereira.

Aos meus filhos, Alice Coutinho Vaz de Lima e Ernesto Coutinho Vaz de Lima, por quem velo o sono enquanto escrevo.

De todas as escolhas que fiz na vida, Rafaela Vilela Domingues, tão presente na reta final desta caminhada: Intensa, segura, paciente e bem-vinda. Dizer que a amo e que por ela sou amado não faz sentido. Mas aquele que sente sua solidão e encontra segurança, que não interpreta personagens, que ofega, que fala e que escuta, sabe do que se trata. Que o futuro nos reserve novos, largos e sinceros passos lado a lado.

O resto é silêncio.
(SHAKESPEARE, 2015)

RESUMO

Antônio Vieira foi uma figura complexa que nos séculos após sua morte foi fragmentado como um mosaico. O espelho de mil faces da História Ibérica seiscentista foi fundamental para a consolidação da dinastia de Bragança frente à dominação espanhola no mundo português. Vieira reinventou e ressignificou a imagem do Desejado rei d. Sebastião, desaparecido no Marrocos em 1578 sob a imagem do duque de Bragança, aclamado em 1640 como d. João IV em Portugal. Esta pesquisa pretende discutir a influência dos Exercícios Espirituais na formação jesuítica e nas ações de intervenção teleológico-política no projeto de independência e consolidação do poder monárquico lusitano pelo padre Antônio Vieira, por meio de uma análise do Sermão de Santo Antônio, pregado em Lisboa no ano de 1642, onde propunha aos Três Estados da sociedade nobiliárquica, Nobreza, Clero e Povo, completa entrega à causa, principalmente com o pagamento de impostos, considerando os privilégios e a imunidade dos dois primeiros, e concomitantemente, produzir uma história em quadrinhos apresentando o percurso histórico português desde sua formação até a Restauração.

Palavras-chave: Antônio Vieira. Jesuítas. Restauração Portuguesa. História em Quadrinhos

ABSTRACT

Antonio Vieira was a complex figure in the centuries after his death was fragmented as a mosaic. The mirror of a thousand faces of Iberian history seventeenth century was fundamental for the consolidation of the Bragança dynasty forward to the Spanish domination in the Portuguese world. Vieira reinvented and transformed the image of Desire king d. Sebastian, who disappeared in Morocco in 1578 under the picture of the Duke of Braganza, acclaimed in 1640 as d. John IV of Portugal. This research aims to discuss the influence of the Spiritual Exercises in Jesuit education and the teleological-political intervention actions in the independence project and consolidation of monarchical Lusitanian power by Father Antonio Vieira, through an analysis of the Sermon of St. Anthony, nailed in Lisbon year 1642, which proposed the Three States of nobility society, Nobility, Clergy and People, complete surrender to the cause, especially with the payment of taxes, considering the privileges and immunity of the first two, and concomitantly, produce a comic book depicting the Portuguese historical journey from its formation to the Restoration.

Keywords: Antônio Vieira. Jesuits. Portuguese Restoration. Comic books.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	AD MAIOREN DEI GLORIAN: OS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS NA FORMAÇÃO JESUÍTICA	13
2.1	Revisão de literatura	14
2.2	O primeiro soldado: Loyola e o surgimento da Companhia	16
2.3	Os Exercícios Espirituais na formação mística de Vieira	22
3.	VOS ESTIS SAL TERRAE: O SERMÃO DE SANTO ANTÔNIO	27
3.1	A Restauração	28
3.2	Consolidação e legitimação do reino de Portugal na voz aguda de Antônio Vieira	29
3.3	O jesuíta Antônio Vieira	30
3.4	Vieira e a Restauração	32
4.	TIÃO OU JOÃO? A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA NOS QUADRINHOS	42
5.	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	48
	ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

Padre Antônio Vieira é um dos mais importantes nomes da intelectualidade luso-brasileira do século XVII. Participou de todas as grandes questões que agitaram o século, sendo a chave para compreender as transformações históricas no mundo ibérico desta época. A importância de Vieira nos leva a analisar o contexto cultural, em Portugal e na América Portuguesa, e os valores da sociedade em que o jesuíta nasceu, viveu e transformou. Nos leva também a avaliar e discutir a forma como seu projeto político-religioso é resultado de sua formação como padre da Companhia de Jesus.

A Companhia de Jesus, instituição criada em 1534 pelo nobre basco Inácio de Loyola e aprovada pelo papa Paulo III em 1540, foi o principal braço da Igreja Católica no combate a Reforma Protestante que fragmentava a doutrina cristã pela Europa durante o século XVI, mas igualmente responsável para apresentar aos homens a ação afirmativa como forma de salvação das almas.

Os padres jesuítas, verdadeiros soldados de Cristo eram formados sob rígida disciplina e obediência, e orientados por uma série de exercícios elaborados a partir de experiências físicas e espirituais do próprio Inácio de Loyola, fundamentais para garantir o sucesso de seus objetivos frente às missões pelo mundo.

Portugal, reino europeu e cristão, foi o primeiro a acolher a Companhia de Jesus e a garantir subsídios materiais para a estruturação e crescimento no reino e nas colônias ultramarinas na África, Ásia e América. Durante o reinado de d. João III (1521-57), os jesuítas, que eram apenas seis sob a liderança de Inácio de Loyola em 1534, aumentariam seus quadros e influência pelo mundo, ao ponto de compor a última fase (1562-63) do Concílio de Trento realizado desde 1545 para discutir os dogmas e decretos da Igreja Católica diante da Reforma Protestante iniciada com Martinho Lutero quando pregou suas 95 teses na Igreja do Castelo de Wittenberg.

No primeiro capítulo, analisamos como a criação da Companhia de Jesus e o processo de ingresso, admissão, formação e ação afirmativa e contínua dos padres jesuítas ao redor do mundo a partir do século XVI são essenciais para compreendermos as ações de intervenção teleológico-retórico-política de Antônio Vieira como jesuíta, conselheiro de reis, confessor de rainhas, preceptor de príncipes, diplomata em cortes europeias, defensor de cristãos-novos e missionário, a partir dos *Exercícios Espirituais* e do teatro sagrado em torno da

ressignificação do mito do *rei encoberto* para legitimar o duque de Bragança como rei d. João IV de Portugal.

No segundo capítulo, discutimos os enlaces entre a Razão de Estado e a Providência presente no discurso do padre Antônio Vieira a partir do Sermão de Santo Antônio, pregado em Lisboa no ano de 1642, às vésperas da reunião das Cortes em que seria discutida uma reforma tributária. É quando o jesuíta intervém na estrutura política e econômica do reino para cumprir supostos desígnios de Portugal sob a liderança de d. João IV – enquanto vivo e até mesmo ressuscitado, como o padre sugeriria anos mais tarde –, legitimando as profecias do sapateiro quinhentista Bandarra, crendo que todas as ações, sobretudo as políticas, levariam a um fim, aquele que Deus destinou aos homens, na constituição de um Império, o último, o cristão.

No terceiro capítulo, apresentamos o objeto de aprendizagem desenvolvido concomitantemente à pesquisa, uma história em quadrinhos que contextualize os valores e as transformações de uma sociedade de Antigo Regime e permita compreender a importância de Antônio Vieira – homem, obra e legado – na construção histórica de Portugal e do Brasil no ensino básico.

Quando não foi protagonista decisivo, foi relevante para o desenrolar dos acontecimentos. Antônio Vieira é essencial para a compreensão do século XVII ibero-brasileiro. Registrou ao seu modo, um manancial de documentos, como sermões, cartas, livros e textos que deixaram grande potencial para a compreensão histórica do homem luso-brasileiro seiscentista.

A relevância deste trabalho encontra-se na busca pelas influências entre os efeitos da formação e ação jesuítica no projeto teleológico-retórico-político de Vieira para Portugal. Um projeto de caráter místico e profético, que precisava ser necessariamente aplicado no mundo terreno, para que assim, o sentido da Restauração Portuguesa possa ser devidamente compreendido pelos estudantes da atualidade.

Padre Antônio Vieira é a chave para compreender as transformações históricas no mundo ibérico desta época. João Adolfo Hansen, um dos principais estudiosos da obra vieiriana é incisivo:

Ele é o século XVII. Em 1640, ele se torna pregador da Capela Real e o rei D. João IV manda-o ser embaixador e diplomata na França e na Holanda. A estratégia dele é garantir o domínio português no Atlântico Sul, mantendo no Brasil os índios catequisados e subordinados à Companhia de Jesus. O colono estava proibido de escravizar índio. Ao mesmo tempo, queria manter o controle português do tráfico negreiro. Portugal, na época, fornecia negros

para a América espanhola, portuguesa e inglesa, um lucro duas vezes maior do que o do açúcar. A Companhia de Jesus funcionava no Brasil como o braço direito da política da Coroa (HANSEN, 2015, p. 46).

A importância de Vieira para o reino de Portugal e a manutenção do império ultramarino após a Restauração Portuguesa precisam ser contextualizadas a partir de sua formação jesuítica. Pois dela emanam suas ações de intervenção política e econômica, ao considerar que este reino fora escolhido por Deus para universalizar o cristianismo, como ele próprio afirmaria em carta jovem rei d. Afonso em 1657:

Os outros reinos da cristandade, senhor, têm como objetivo a preservação de seus vassallos, para alcançarem a felicidade temporal nesta vida e a felicidade eterna na outra. E o reino de Portugal, além desse objetivo que é comum a todos, tem por objetivo particular e especial a propagação e a extensão da fé católica nas terras pagãs, para que Deus o criou e fundou. E quanto mais Portugal agir no sentido de manter esse objetivo, tanto mais segura e certa será a sua conservação; e quanto mais dele divirja, mais duvidoso e perigoso será seu futuro (VIEIRA, Carta ao rei d. Afonso VI, 20/04/1657).

Entretanto, é fundamental considerar que Vieira é um arauto em sua sociedade. Um interlocutor de uma crença, cujos princípios remontam a formação do reino lusitano desde suas origens. Afinal, o milagre de Ourique¹, mito fundador de Portugal, já não seria uma manifestação de que Portugal tinha sido o reino escolhido por Deus para a construção do Quinto Império?

O historiador Sezinando Luiz Menezes afirma que “essa crença no destino estabelecido por Deus para Portugal havia contribuído decisivamente para que d. Manuel enviasse Vasco da Gama à Índia e para que d. João III iniciasse a colonização do Brasil” (MENEZES, 2011, p. 174). A expansão católico-mercantil portuguesa iniciada no século XV, fundamentada no combate aos infiéis e no comércio das especiarias, culminariam, portanto, na efetivação e manutenção de um “projeto imperial” (DELUMEAU, 2007, p. 177), que ao longo dos séculos seguintes, teria no padre jesuíta Antônio Vieira um de seus principais arquitetos.

A pesquisa pretende analisar a formação jesuítica e suas influências no projeto imperial que Antônio Vieira designava ao reino de Portugal no século XVII através dos *Exercícios Espirituais* elaborados por Inácio de Loyola no século anterior. Também foi feita vasta leitura de documentos ligados ao ingresso, desenvolvimento e ação dos membros da Companhia de Jesus, como a *Autobiografia de Inácio de Loyola*; *O Diário Espiritual de*

¹ No combate contra os mouros no século XII, Cristo teria aparecido a Afonso Henriques e permitido a vitória lusitana contra o imenso exército muçulmano. VER: HERMANN, 2000, p. 29.

Santo Inácio de Loyola e As Constituições da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares Aprovadas pela mesma Congregação, imprescindíveis para compreender os propósitos de um padre jesuíta.

Durante o percurso da pesquisa, consideramos fundamental que o emprego de escritos políticos de Antônio Vieira a época o reinado de d. João IV seja analisado dentro de sua totalidade ideológica. Assim, para compreender *A razão de Estado* em sua obra, pretendemos discutir as transformações culturais que o padre propõe na sociedade lusitana por meio de intervenções políticas para reformular a sociedade e a economia.

Durante a pesquisa, analisamos como o jesuíta pretendia conscientizar o clero e a nobreza lusitana sobre a importância da atuação ativa dos dois Estados na conservação do reino restaurado junto ao terceiro Estado, o Povo:

Por duas razões principalmente me parece que corre grande obrigação à nobreza de Portugal que concorreram com muita liberalidade para os subsídios e contribuições do Reino. A primeira razão é porque as comendas e rendas da coroa, os fidalgos deste reino são os que as logram e lograram sempre; e é justo que os que se sustentam dos bens da coroa, não faltam à mesma coroa com seus próprios bens (VIEIRA, 1957, p. 34)².

O padre Antônio Vieira apresentava uma ousada proposta para combater o caráter parasitário da nobreza lusitana, que outrora tinha importantes funções sociais enquanto as relações feudais existiam, mas que gradualmente se perdiam com a desarticulação delas.

Sendo “notório o compromisso jesuítico entre o discurso providencialista e a prática de medidas utilitárias de caráter econômico” (BOSI, 2008, p. 248) analisamos adiante o discurso do homem que procurou intervir na política e na economia de modo a transformar profundamente sua sociedade e disposto a tornar iguais àqueles que eram desiguais, através de uma redistribuição da carga tributária e de uma reestruturação conceitual de valores para cumprir com sua missão.

² Os Sermões de Padre Antônio Vieira utilizados como fontes ao longo de todo o trabalho foram publicados em doze volumes na obra VIEIRA, Antônio. **Sermões**. São Paulo: Editora das Américas, 1957. Todos os arquivos estão integralmente digitalizados no site www.brasiliana.usp.br.

2 AD MAIOREN DEI GLORIAN: OS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS NA FORMAÇÃO JESUÍTICA

Durante a modernidade, utopias sobre um mundo melhor fecundavam pela Europa. Numa época em que a racionalidade influenciava o pensamento, surgiam utopias de caráter místico, ou milenaristas, que revigoravam crenças escatológicas.

Em Portugal, reino pioneiro na expansão marítima entre os europeus, remonta ao reinado de d. Manuel, o sonho da construção de um império universal e messiânico, que entre os séculos XV e XVI passaria a empreender o combate e aniquilamento dos muçulmanos na África e nas Índias e a submeter pagãos à fé católica, projetos que precediam inclusive os ganhos comerciais.

Seria durante o reinado de seu filho d. João III, o mais zeloso rei europeu a privilegiar a expansão da Companhia de Jesus quanto à dimensão temporal, garantindo estrutura física e rendimentos em Portugal e no além-mar e aumentando exponencialmente seus quadros, que a Ordem seria reconhecida como instituição pela Igreja Católica em 1540.

A formação jesuítica consistia numa imitação de Cristo. O que Ele sofrera na Cruz, os religiosos pagariam no Sacramento. Dizia São Paulo: *Quotidie morior*: Cada dia morro. Assim, deveriam os padres inacianos acolher e desejar o sofrimento físico e espiritual, pois ao se identificarem com Cristo, consideravam que sofriam pelo pecado dos outros e garantiam a salvação.

A busca pela salvação e perfeição cristã só podia ser alcançada através de uma ação afirmativa e prolongada através dos *Exercícios Espirituais*, elaborados pelo fundador da Companhia, Inácio de Loyola.

Guiados pela obediência e disciplina, principais virtudes dos soldados de Cristo, o jesuíta deve estar completamente submisso à vontade divina, que por sua vez, só pode ser revelada através de meditações e penitências corporais, em que o indivíduo alcançaria um estado de contemplação na ação. Assim, “os Exercícios tinham a finalidade precípua de purgar os pecados do discípulo e ajudá-lo a descobrir o que Deus queria dele” (GAMBINI, 1988, p. 99). O padre Antônio Vieira, estudado neste trabalho é um jesuíta por excelência, formado e forjado pelo Colégio Jesuíta de Salvador, foi um expoente na luta pelos ideais propostos por Loyola durante a Reforma da Igreja Católica. A seguir, apresentamos uma revisão de literatura sobre o jesuíta português que serviu de referência para este trabalho.

2.1 Revisão de literatura

Entre as obras fundamentais para a estruturação desta pesquisa, destacamos inicialmente a biografia escrita pelo historiador Ronaldo Vainfas, pois foi a partir dela que o interesse pelo tema foi despertado. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*, biografia mais recente do padre Vieira, o livro parte de uma análise de outras publicações sobre a vida e obra do jesuíta entre os séculos XVIII e XXI e o livro *Essencial Padre Antônio Vieira* de Alfredo Bosi, onde o autor apresenta aspectos do projeto teleológico de Vieira para Portugal. Numa biografia, por essência, o indivíduo é privilegiado, o que direciona nosso trabalho a inserir o jesuíta em sua própria realidade, onde ele não era protagonista, mas expressão das necessidades de um grupo social.

Ao traçar o perfil combativo de Vieira durante todo o século XVII, consideramos dois aspectos principais nas obras de Vainfas e Bosi para este trabalho: a formação jesuítica do padre e suas ações entre a nobreza e o clero lusitano para recuperar as finanças do reino.

Em *Teatro do Sacramento: a unidade teleológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*, Alcir Pécora discute a unicidade nos projetos de Vieira através de minuciosa análise de seus sermões. As diferentes faces de Vieira não podem ser repartidas e segmentadas, pois suas teorias e ações políticas são fundamentadas em sua formação jesuítica e na crença total em sua missão como católico:

Se Vieira falou de tudo ou quase, de Vieira, já se tratou igualmente tudo ou quase tudo. Mas tratou-se, geralmente, em pedacinhos. [...] Reparte a sua vida-e-obra em etapas bem definidas e aparentemente irreconciliáveis. Na mesma direção, a linha mais comum da fortuna crítica de Vieira amplia multiplicadamente essas etapas supostas: Vieira se divide e se espalha. O coroamento, por assim dizer, dessa atitude localiza-se no grande número de críticos que falam em “contradições” e “incoerências” do Padre Antônio Vieira. (PÉCORA, 2008, 53-54)

Assim, constatamos que em diferentes temas, circunstâncias e propósitos, Vieira revela uma forte unidade de perspectiva, inclusive no seu profetismo, que nunca é independente. É esse homem que buscamos analisar para compreender a legitimação da dinastia brigantina.

O pano de fundo é mais importante que o ator. Apesar da visão mais abrangente sobre seu mundo, Antônio Vieira não pode ser compreendido por si só. Em *O padre Antônio Vieira*,

a cruz e a espada, Sezinando Luiz Menezes analisa o jesuíta no contexto das transições do século XVII, principalmente da economia feudal para a economia capitalista.

Em Portugal, a luta entre o novo e o antigo assume particular dramaticidade. Os portugueses que haviam produzido a expansão marítima e organizado o comércio mundial mergulham, ainda no final do século XVI, numa decadência que atravessa todo o século seguinte e parece se eternizar. Ali, a história parece propositalmente desmentir aqueles que posteriormente vieram a afirmar que a desestruturação do feudalismo conduziu diretamente ao capitalismo. (MENEZES, 2000, p. 6)

A consolidação do comércio ultramarino, cujas riquezas não retornam para Portugal em formas de produção, gerava uma nobreza luxuosa e parasitária, que perdia suas funções sociais à medida que eram desarticuladas as relações feudais. É nesse contexto social complexo que o autor discute se o problema português estaria na corrupção e nos maus costumes ou na necessidade de uma mudança na base econômica. Antônio Vieira precisa ser compreendido como um homem que tem um projeto para elevar seu reino à condição de potência política e econômica entre os europeus, fundamentando em crenças religiosas seus verdadeiros desígnios e meios para alcançá-los, ao esclarecer e conscientizar os Três Estados sobre seus papéis ativos na sociedade, conforme analisamos ao longo do trabalho por meio do *Sermão de Santo Antônio*, pregado em Lisboa às vésperas da reunião das Cortes em 1642.

A historiadora Jacqueline Hermann, em seu livro *No reino do desejado: A construção do Sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)* discute a origem e construção do Sebastianismo, crença de caráter messiânica difundida no reino após o desaparecimento do rei d. Sebastião em 1578. O tal mito, segundo a autora, é estruturado quando o nobre português d. João de Castro, que nas duas décadas finais do século XVII militava pela pretensão de d. Antônio, Prior de Crato, ao trono português frente aos castelhanos. Porém, na virada do século, com a morte do pretendente, desiste da causa antonista e passa a reinterpretar as profecias de um sapateiro português do século XVI, Gonçalo Annes, o Bandarra, para legitimar um desconhecido veneziano que afirmava ser o desaparecido d. Sebastião. Após a descoberta da farsa e condenação do impostor, João de Castro continua sua teoria sobre o retorno do Encoberto, considerando que recebera ele próprio a missão divina de anunciar a volta do rei desaparecido, que jamais morrera, e percorria o mundo até o momento em que retornaria para cumprir os desígnios portugueses.

Segundo d. João de Castro, d. Sebastião, embora ferido, conseguira fugir de Alcácer Quibir no dia da batalha, acompanhado pelo duque de Aveiro, pelo

conde de Redondo, pelo conde de Sortelha, e por Cristóvão de Távora. A bordo de uma nau da frota lusitana, chegara à costa do Algarve, mas profundamente abalado pela derrota, “mais sensível à afronta da derrota que à perda do reino”, não quisera reinar nem mostrar-se a quem o pudesse reconhecer, vagando como um qualquer pelo mundo. Embora não quisessem se esconder por muito tempo, d. Sebastião e seus companheiros acabaram percorrendo vários países “até aos extremos do mundo”, e quando as mudanças se deram em Portugal, estavam tão longe que nem mesmo tomaram conhecimento do que tinha acontecido. (HERMANN, 1998, p. 201)

Hermann encerra a tradição messiânica em Vieira, apontando o amadurecimento do Sebastianismo sobre a figura do jovem rei desaparecido até sua ressignificação para a causa joanista durante a Restauração Portuguesa. O discurso e as ações do padre lisboeta, genuinamente forjado pelos *Exercícios Espirituais*, só podem ser compreendidos quando buscamos a formação que a Companhia de Jesus exerceu sobre o mesmo e os valores que os Soldados de Cristo tinham para empreender suas ações, como analisamos a seguir.

2.2 O primeiro soldado: Loyola e o surgimento da Companhia de Jesus

Considerando que a pesquisa pretende relacionar a formação jesuítica às ações de Antônio Vieira durante a Restauração Portuguesa, é necessário voltar aos primórdios da Companhia de Jesus, destacando os percursos de seu fundador Inácio de Loyola e o manual pedagógico que deixaria para seus seguidores: os *Exercícios Espirituais*, discutidas sob a luz de referências como *Os Jesuítas: missões, mitos e histórias* de Jonathan Wright; *Sade, Fourier, Loiola* de Roland Barthes, *O Espelho Índio* de Roberto Gambini e *Os Primeiros Jesuítas* de John W. O'Malley para compreender as transformações na personalidade de um homem quando se torna jesuíta e seu consequente papel na sociedade.

Analisar o processo de ingresso, admissão, formação e ação dos padres jesuítas ao redor do mundo a partir do século XVI é essencial para compreendermos o que o padre Antônio Vieira representa em sua obra e vida como “jesuíta, conselheiro de reis, confessor de rainhas, preceptor de príncipes, diplomata em cortes europeias, defensor de cristãos-novos e com igual zelo missionário no Maranhão e Pará” (BOSI, 1992, p. 119).

Padre Antônio Vieira, que por suas ações e obras no mundo seiscentista foi tão estudado e discutido nos séculos seguintes, aqui nesse estudo centrado no seu trabalho para legitimar o rei d. João IV durante a Restauração Portuguesa, precisa ser precedido por uma

introdução que remonte ao percurso de sua vida até o instante em que a vida inaciana torna-se razão de sua existência.

É na veste negra da Companhia de Jesus que encontraremos a essência de Vieira; na influência dos *Exercícios Espirituais* e nas especificidades na formação mística jesuítica, que transfere o sobrenatural para o mundo real.

Ad Maiorem Dei Gloriam: Para a maior glória de Deus. Lema da companhia religiosa criada em meados do século XVI por um nobre de origem basca, chamado Íñigo (Inácio) López, nascido no ano 1491 em Loyola – nome da propriedade de sua família que seria acrescido ao seu próprio, como de costume à época –, onde atualmente fica o município de Azpeitia, no extremo norte da Espanha.

Enquanto moço, Inácio de Loyola foi pajem de Juan Velasquez de Cuéllar, ministro do tesouro Real a serviço do rei Fernando de Aragão, ocupando essa posição até a morte do monarca. Depois passou a servir como gentil-homem ao vice-rei de Navarra, Antonio Manrique. É em sua trajetória, após um ferimento em batalha servindo às casas nobres de Espanha que encontramos os indícios da transformação de Inácio quanto ao suserano a quem serviria:

Ignácio de Loyola ferido no cerco a Pamplona, no ano de 1521, não mais poderia ser um cavaleiro do Rei, seria então um cavaleiro de Cristo. Para tal tornou-se um peregrino, sentindo na pele os anseios e a fé, sobretudo popular, da arraia miúda. Parece ter percebido o desencanto dos fiéis com a Igreja Católica, mas não com a fé no cristianismo, aliás, é o contrário que se sente quando se lê a autobiografia de Loyola, a crença em Cristo e em sua obra, em alguns lugares parecia beirar a loucura, levando os fiéis a um desejo não pelo surgimento de uma nova Igreja, mas para a restauração da Igreja Primitiva (a Igreja dos mártírios, dos sacrifícios). (HERNANDES, 2008, p. 293)

Inácio leva um tiro de arcabuz entre as pernas em sua última batalha como um cavaleiro convencional. Última batalha, pois enquanto estava acamado e se recuperava dos graves ferimentos, após cirurgias para reconstituir as pernas, pode se dedicar a leitura de obras hagiográficas, onde a vida e o martírio de Cristo e santos da Igreja eram contados como nos livros de cavalaria contemporâneos. Inspiração que impulsionaria outro Inácio a se levantar da cama e seguir um percurso inédito.

As leituras foram poucas, mas pertinentes ao seu momento de fragilidade física e introspecção espiritual: a *Vida de Cristo*, escrita por Ludolfo da Saxônia em 1374 e a *Flos Sanctorum* (também chamada Vida dos Santos, Legenda Áurea ou História Lombarda), escrita pelo dominicano Jacobo de Voragine em 1280.

A primeira obra teve profundo impacto em Inácio, sendo sua principal inspiração para a elaboração dos Exercícios. Ludolfo nasceu no norte da atual Alemanha, região da Saxônia por volta do ano 1300, tendo ingressado muito cedo na Ordem dos Dominicanos e passando para a Ordem dos Cartuxos em 1339. Durante o século em que o monge viveu, os papas residiam exilados em Avinhão, sob domínio dos reis da França. O período também é marcado pelo sofrimento das guerras, pela fome e pela Peste Negra, que dizimou um terço da população europeia em meados do século:

Essa situação de sofrimento e de abandono teve, paradoxalmente, efeitos positivos, como a tomada de consciência por parte dos cristãos leigos de seus direitos e de suas responsabilidades, e o desejo do povo cristão de uma formação espiritual mais profunda e de uma fé vivida de maneira mais pessoal e mais afetiva. O sofrimento, a insegurança e o medo, causados pelas guerras, pela fome e pelas doenças, suscitaram no povo cristão novas formas de compreender e de viver a fé e novas expressões da piedade. (BARREIRO, 2007, p. 353)

Num cenário de fragilidade como o descrito, a obra de Ludolfo se destacaria pela proposta de solução, que não pretende ser inovadora, mas expor a riqueza da tradição da Igreja por meio de passagens evangélicas comentadas pelos principais autores medievais. “Coletada da medula do Evangelho” (BARREIRO, 2007, p. 357), a *Vita Christi* deveria ser aplicada por meio de exortações, questionamentos e críticas à vida concreta dos cristãos, sendo eles “clérigos e leigos, prelados e monges, pertencentes às classes cultas ou ao povo simples, ricos ou pobres” (BARREIRO, 2007, p. 355).

Ludolfo apresenta o leitor à pessoa de Jesus, para que suas ações fossem meditadas e imitadas, o que aparentemente foi eficiente, quando consideramos a influência desta em Inácio enquanto convalescente em Loyola. A pedagogia do saxão pretendia revelar como Jesus “irradia bondade, misericórdia, doçura e exerce sobre o leitor um fascínio crescente, cativando-o sempre mais e de maneira profunda” (BARREIRO, 2007, p. 358).

Segundo o padre jesuíta Álvaro Barreiro, o monge saxão afirma que o comportamento de Jesus em vida deve inspirar o modelo do comportamento cristão. O Filho de Deus, imagem e semelhança, é a igualdade entre criação e redenção, sendo “imagem original” do Criador, enquanto o pecado trouxe a “deformação” aos homens. “Se Jesus é a revelação de Deus e o protótipo da verdadeira humanidade” (BARREIRO, 2007, p. 360), só resta aos cristãos imitá-lo.

O livro foi amplamente difundido pela Europa em manuscritos durante os séculos XIV e XV, o que aumentaria ainda mais com o advento da imprensa. Editado e traduzido diversas

vezes e em muitas línguas, seria o primeiro livro impresso na língua portuguesa. Inácio de Loyola faria leitura da edição catalã que sua cunhada recebera da própria rainha d. Isabel quando deixara o posto de dama da corte para se casar com o irmão mais velho do futuro primeiro jesuíta.

A segunda obra, *Legenda Áurea*, escrita um século antes da *Vida de Cristo*, do lombardo dominicano, ordenado bispo de Gênova, Jacobo de Voragine, era uma coletânea de narrativas hagiográficas, que moveria Inácio a seguir os passos de diversos dos santos medievais retratados. “Lendo-os muitas vezes, algum tanto se ia afeiçoando ao que ali estava escrito” (LOYOLA, 2005, p. 30) e logo, passou a desejar a vida dos personagens para si: “E se eu fizesse aquilo que fez São Francisco ou São Domingos? (...) São Domingos fez isto; também tenho eu de fazê-lo. São Francisco fez isto; também tenho eu que fazê-lo” (LOYOLA, 2005, p. 31).

O martírio dos santos Francisco e Domingos inspirou Inácio a atender ao chamado de Cristo e principalmente, descobrir o que este queria dele para então reformular seus próprios caminhos:

Um dia que ele entrou, para rezar, na Igreja de São Damião, a imagem de Cristo lhe fala miraculosamente e lhe diz: “Francisco, vá reparar minha casa, pois como tu vês, ela está em ruína! E desde este momento, sua alma se encheu de ternura, e a compaixão do Cristo gravou em seu coração. No seu desejo de reparar a Igreja, ele vendeu tudo que possuía. E ao padre, ele ofereceu o dinheiro (...)

Com a morte do bispo d'Osma, Domingos se encontrou quase sozinho a lutar contra os heréticos. Esses o molestavam com zombarias, lhe lançavam lama, lhe cuspiam e outros malefícios, ou ainda, por escárnio, lhe tacavam palha às costas. Eles lhe ameaçavam de morte, mas ele, sem nada reclamar, respondia: Eu não sou digno da glória do martírio, e não tenho ainda mérito pela bem aventurada morte (HERNANDES, 2008, p. 300).

A partir daqui, Inácio formularia o ideal basilar de sua nova vida, inundando sua alma com um profundo desejo: peregrinar com todos os rigores e limitações que um homem poderia sofrer, até a cidade de Jerusalém, objetivo que “prevaleceu na sua imaginação até que a impraticabilidade da viagem os forçou a aceitar a alternativa de ir a Roma para obter a orientação de uma visão mais ampla da necessidade pastoral que o Papa provavelmente mantinha” (O'MALLEY, 2004, p. 37). Assim, em poucos anos, após percorrer grande parte da Europa e reunir seguidores, conseguiria oficializar a criação de um importante tentáculo da Igreja Católica na luta contra a Reforma.

A história de Inácio de Loyola e da Companhia de Jesus são inseparáveis da Reforma Protestante, principalmente dos impactos das obras de Martinho Lutero e João Calvino na Europa em expansão ultramarina no século XVI. Porém, é importante considerar que esta “teria vindo à existência mesmo se a Reforma não tivesse acontecido” (O’MALLEY, 2004, p. 37). Os jesuítas tinham sua própria agenda, pretendiam “ajudar as almas”, expressão que o fundador usava para motivar os companheiros a ir além do medo e ódio da época. Imersos numa lógica cultural e religiosa única, muito diferente da nossa, criavam suas hipóteses sobre Deus, o mundo, os seres vivos e a inter-relação entre todos e suas diferentes formas de expressão.

Através da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, o Papa Paulo III, em 27 de setembro de 1540, confirma a instituição da Companhia de Jesus, criada seis anos antes por Inácio. Seriam seus soldados de Cristo as pontas de lanças no combate contra os hereges protestantes e na conversão dos povos africanos e asiáticos recém-conhecidos durante as grandes navegações, mas principalmente dos americanos. Segundo Assunção:

A nova espiritualidade carismática, que surgiu com a reforma católica e que precisava ser alimentada para manter a chama da fé acesa, favoreceu o reconhecimento. As manifestações de questionamento aos dogmas cristãos que fervilhavam na Europa, impulsionados pelos movimentos protestantes, contribuíram ainda mais para que se propagasse um fervor religioso que chegava aos devaneios salvacionistas de redenção da humanidade. A expansão ultramarina, com a descoberta das terras americanas e a abertura de rotas comerciais na África e a Ásia, completavam um cenário onde se desenvolvia uma revolução comercial e cultural que justificava a ação de religiosos imbuídos de profundo fervor religioso (ASSUNÇÃO, 2004, p. 90).

A instituição criada por Loyola em meados do século XVI ficou caracterizada pela diversificação de ações e influência ao redor do mundo, ao “moldar a história de cinco séculos e cinco continentes” (WRIGHT, 2006, p. 19). Nos diálogos de Manuel da Nóbrega, no teatro de José de Anchieta, nos sermões de Antônio Vieira ou nas obras missionárias de outros padres ilustres ou de certa forma, anônimos da Companhia, os jesuítas tiveram importante papel não apenas como protagonistas da Igreja Católica após o Concílio de Trento, entre 1545 e 1563, no combate aos hereges e protestantes ou na conversão dos gentios, mas na afirmação da Coroa portuguesa na Península Ibérica e em seu império ultramarino.

Na luta para imprimir a ideologia cristã, especificamente da Igreja Católica pelo mundo, os jesuítas seriam seus principais militantes, a quem Gramsci chama de *Intelectuais Orgânicos Eclesiásticos*. Definidos como a necessidade de um grupo social para legitimar sua

posição, os intelectuais orgânicos são produtos de sua própria época, que elaborados em seu desenvolvimento progressivo, conseguiriam manter a hegemonia diante da sociedade, principalmente os religiosos:

categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo [...] alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária. (GRAMSCI, 2000, p. 16)

Verdadeiros campões da Igreja Católica no combate ao espectro protestante, os jesuítas, baseados em sua rígida e incontestável disciplina à Santa Sé, garantiram que o Clero passasse por uma reforma em sua formação, constituída primordialmente por um “corpo rigorosamente selecionado. Os jovens deviam como de costume ter nascido de matrimônio legítimo e já saber ler e escrever” (MANACORDA, 2006, p. 202). Além da formação de seus próprios quadros, os jesuítas educavam as classes dirigentes, estendendo suas ações a todos os Estados das sociedades, em geral, a todo o povo. Segundo o orientador desta pesquisa, Paulo Romualdo Hernandes, é importante destacar a diferença entre popular e povo,

pois o vocábulo popular costumeiramente nos remete a classes menos favorecidas e não é o caso aqui, já que os jesuítas, através do manual de *Exercícios Espirituais*, formulados por Loyola para educação cristã, eram aplicados tanto aos mendicantes, quanto aos nobres (HERNANDES, 2008, p. 312).

Perinde ac cadaver: disciplinado como um cadáver. Tal qual rigorosamente regulamentado pela *Radio Studiorum* no fim do século XVI, a formação jesuítica revela através do árduo e longo percurso, a eficiência de seus resultados entre as Cortes europeias, pela:

organização de classes, os horários, o programa e a disciplina. Erram previstos seis anos de *studia inferiora*, divididos em cinco cursos (três de gramática, um de humanidades, ou poesia, um de retórica); um triênio de *studia superiora* de filosofia (lógica, física, ética), um ano de metafísica, matemática superior, psicologia e fisiologia. Após um repetitivo *generalis* e um período de prática de magistério, passava-se ao estudo da teologia, que durava quatro anos. Esta era a prática jesuítica; o conteúdo do humanismo foi cuidadosamente modificado, para ser utilizado a serviço do objetivo religioso (MANACORDA, 2002, p. 202)

Antônio Vieira, personagem de nossa pesquisa, teve sua formação integral como jesuíta no Colégio da Bahia, em Salvador. Entre seus sermões dedica um para Santo Inácio de Loyola, em que considera o mentor e fundador da Companhia de Jesus como espelho em quem todos deveriam se espelhar, demonstrando sua grande capacidade teológico-retórico-política e pedagógica.

2.3 Os Exercícios Espirituais na formação mística de Vieira

Dentre os milhares de padres que seriam formados sob a austera doutrina jesuítica, Antônio Vieira se tornaria o arauto para anunciar o cumprimento de uma profecia ao povo português: O mito do *rei encoberto*, aonde um monarca conduziria no mundo físico, partindo do solo português, o reino designado por Deus para iniciar a construção de um último Império Cristão na Terra antes do fim dos tempos.

A formação jesuítica em Vieira, refletida em suas ações sempre de caráter objetivo e sujeitas a um misticismo profético, revelam a predominância do hábil político dentro das vestes negras. Caráter político que jamais pode ser desvincilhado do religioso. Um completa o outro. Um só existe em função do outro. Misticismo de natureza jesuítica, onde o suplício cotidiano é a obra na busca de sua própria salvação, pois “os jesuítas obviamente acreditavam que no fim iriam todos para o Céu, pois outra não era a razão de seu árduo trabalho” (GAMBINI, 1988, p. 112) e da redenção dos fieis a Cristo. É na imitação de Cristo que consiste o processo de formação e atuação dos padres inacianos, baseado nos *Exercícios Espirituais*, que devem ser realizados ao menos duas vezes na vida:

no início, em seu noviciado; e antes da profissão solene que, na companhia de Jesus, ocorre pelo menos vinte anos após a entrada na Companhia. Mas, a cada ano, todo jesuíta faz oito dias de Exercícios, uma espécie de recapitulação do seu caminho com o Senhor e um contínuo exercício de “colocar ordem” na própria vida, mediante uma constante atenção à própria autotranscendência dirigida pelo Espírito de Deus (PAMPALONI, 2014, p. 19).

Inácio de Loyola define que o exercitante deve “a todo e qualquer modo preparar e dispor a alma, para tirar de si todas as afeições desordenadas e, afastando-as, procurar e encontrar a vontade divina na disposição da vida para a salvação da alma” (LOYOLA, 1966,

p. 13-14). Este é o propósito principal, declarado logo no início da obra, mas que o exercitante não procura e encontra tal vontade no próprio desejo.

Absolutamente nada é feito pelo Homem. Tudo provém da ação de Deus para alcançar a Graça, devendo o Homem abandonar suas profundas aspirações, conscientes e inconscientes, que não levem ao caminho do Criador e descobrir progressivamente, por intermédio do Espírito Santo, o caminho reservado para chegar à perfeição. A conversão dos *Exercícios* deve ser integral e dinâmica na vida do exercitante, levando-o a um encontro pessoal com Deus, que é definida por Rendina como:

uma forte experiência de Deus motivada pela escuta da sua palavra, compreendida e acolhida na própria experiência pessoal sob a ação do Espírito Santo que, em clima de silêncio e de oração, e com a mediação de um guia espiritual, confere a capacidade de discernimento no que se refere à purificação do coração, à transformação da vida e ao seguimento de Cristo para o cumprimento da própria missão na Igreja e no mundo (RENDINA, 2004, p. 9).

Os *Exercícios* não foram escritos por Inácio com a intenção de serem lidos pelo exercitante, mas como um manual do professor, onde o orientador dos exercícios, “que aqui representa Deus” (O’MALLEY, 2004, p. 67), utilizava essa série de materiais, diretivas e sugestões para habilitar o exercitante durante as quatro semanas a encontrar a vontade de Deus.

É importante considerar que a duração dos *Exercícios* era estimada em quatro semanas, cada qual com objetivos específicos ligados a vida, obra, morte e ressurreição de Jesus Cristo, podendo ser expandidos ou abreviados conforme a situação ou necessidades dos diferentes exercitantes, como orienta Inácio:

Não se entenda que cada semana deva ser necessariamente de sete ou oito dias. Pois, dado que, na primeira semana, alguns são mais lentos para encontrar o que buscam, isto é, contrição, dor e lágrimas por seus pecados, e outrossim como alguns são mais diligentes que outros, e mais agitados ou provados por diversos espíritos faz-se mister, às vezes, alongá-la; e assim se procederá em todas as semanas seguintes, procurando as coisas consoante a matéria apresentada. Os exercícios terminarão, todavia dentro de mais ou menos trinta dias (LOYOLA, 1966, p. 17-18).

Pressupondo a boa vontade do fiel católico disposto a fazer os *Exercícios*, estes começavam com o objetivo de retornar a uma vida sem pecado e mais devota. Assim, na primeira semana, o exercitante deveria considerar a infâmia de três pecados aplicando importantes potências: memória, inteligência e vontade.

O primeiro pecado era o de Lúcifer e dos outros anjos que o seguiram. Espíritos puros e imortais, dotados de inteligência, vontade e beleza incomparáveis, mas que desejaram ser mais do que eram. Guiados pelo anjo mais belo, que preferiu ser um príncipe no inferno a continuar servo no paraíso eternamente, perderam a Graça e o Céu, convertendo seu todo em malícia e danação.

O segundo pecado era o de Adão e Eva. Criados por Deus, dotados da Graça e senhores de seus próprios sentidos, estavam destinados à imortalidade, desde que cumprissem as vontades de Deus. Para lembrá-los do dever, proibiu-lhes que comessem o fruto da árvore da ciência do bem e do mal, “contudo comeram e por isso pecaram” (LOYOLA, 1966, p. 51). A queda veio com a transgressão. Eva foi tentada pela serpente e ousou comer o fruto, partilhando-o com Adão. Todos foram condenados.

O terceiro pecado era o do próprio exercitante e de outros mortais como ele, que “foram para o inferno por menos pecados” (LOYOLA, 1966, p. 51), reconhecendo sua pequenez, seja ela física, intelectual ou moral.

O exercitante deve trazer “à *memória* a gravidade e malícia dos pecados contra seu Criador e Senhor” (LOYOLA, 1966, p. 51), refletindo com *inteligência* como os atos contra a bondade infinita levaram com razão, a condenações eternas. Finalmente, empregando uma *vontade* reta, descobrir “o amor constante de Deus e a necessidade e doçura de a pessoa mudar os hábitos e as atitudes antigas para a gratidão e o amor” (O’MALLEY, 2004, p. 67).

As três semanas seguintes foram planejadas com a intenção de confirmar a primeira, adaptadas “basicamente à história de Jesus no Novo Testamento” (O’MALLEY, 2004, p. 68). Na segunda semana, é tempo de contemplar toda a vida de Jesus até a Última Ceia, onde o exercitante medita de forma similar sobre as duas bandeiras, a de Cristo e a de Satã, que se realizados em sua integridade devem levá-lo a alcançar um clímax ao fim da semana, em que é feita a Eleição. Esta por sua vez, significava a:

ordenação da própria vida segundo a Vontade divina, a concretização do ‘o que quero’ (moções divinas) pela tomada, por parte da pessoa, de um rumo definitivo na sua orientação existencial; pela adesão total a Cristo, pela transfiguração interna nele, isto é, pela organização de seu mundo de julgamentos e de valores em Jesus Cristo, ou seja, por uma conversão espiritual total a Deus (LOYOLA, 1966, p. 106).

Feita a Eleição, o exercitante prosseguia para as duas últimas semanas a fim de confirmar as anteriores. Essa escolha divina não era um movimento dialético, “mas o contato abrupto de uma liberdade e de uma vontade; antes são as condições para uma boa escolha;

depois são as suas consequências” (BARTHES, 1971, p. 52). Agora, na terceira semana, a prática seria baseada na vida de Cristo da Última Ceia até sua morte e sepultamento, sendo a quarta dedicada a ressurreição.

Ambos momentos podem “criar a impressão de que são dentro do contexto da fé religiosa, uma combinação ou série de técnicas desapaixonadas, quase estoicas, para dominar-se a si mesmo” (O’MALLEY, 2004, p. 70), porém são momentos onde o exercitante lida com as consequências de sua escolha, discernindo a todo instante as ações de Deus e do Diabo, ativos em todo o processo.

“A imaginação de Inácio de Loyola é tão forte (incansavelmente cultivada) quanto é nulo seu imaginário” (BARTHES, 1971, p. 55), e de tal modo, pretendia de forma puramente transitiva levar o exercitante por meio de “sentimentos como a tristeza, a confusão, a felicidade e a serenidade” (O’MALLEY, 2004, p. 70) a produzir imagens que o absorvesse para cenários de glória ou de danação, eliminando aquilo que não fosse possível ou necessário imaginar. “Contemplar, fixar, representar com a ajuda da minha imaginação, ver com os olhos da imaginação, pôr-me diante do objeto” (LOYOLA, 1966, p. 58-69) com todos os sentidos direcionados para seu propósito.

Ver com o olhar da imaginação as grandes chamas e as almas como que em corpos incandescentes; aplicar o ouvido aos prantos, alaridos, gritos, blasfêmias contra Cristo Nosso Senhor e contra todos os seus santos; com o olfato sentir fumaça, enxofre, cloacas e podridão; provar com o paladar coisa amargas, tais como lágrimas, tristeza e verme da consciência; tocar com o tato como as chamas atingem e abrasam as almas; Num colóquio com Cristo Nosso Senhor, trazer á memória as almas que estão no inferno: umas, porque não creram na Sua vinda; outras porque, embora acreditassem, não procederam conforme Seus mandamentos (...) E logo agradecer-lhe por não me haver deixado cair em nenhum desses grupos, pondo fim à minha vida. Igualmente, render graças por haver tido sempre tanta piedade e misericórdia para comigo. (LOYOLA, 1966, p. 59-60)

Quando purificado o uso caótico dos sentidos, freando os desejos do corpo e reeducando-os de modo a torná-los imaginários, o exercitante esforçava-se para sentir sempre o que Cristo sentira, alcançando um grau de domínio de si, passando “a ver Deus em toda parte. O objetivo prático é atingir um estado de oração contínua, que deveria tornar-se o estado diário normal da pessoa” (GAMBINI, 1988, p. 109) e tão logo começaram a agir pelo mundo, depois de tanto imaginar, finalmente chegava o momento de concretizar a ideia de uma Igreja militante.

“Todo soldado quer lutar uma guerra própria” (GAMBINI, 1988, p. 110). Assim, os jesuítas se engajariam em suas batalhas em busca de uma única remuneração, a eternidade.

Entre os escravos do Recôncavo baiano, índios do Grão-Pará e Maranhão, nobres da Corte portuguesa e investidores de reinos estrangeiros, o século XVII, seguinte ao de Inácio de Loyola e da fundação da Companhia de Jesus, teria entre seus soldados um militante exímio que não mediria esforços para construir a partir de Portugal, o último reino de Cristo na Terra antes do fim do mundo: padre Antônio Vieira.

3 VOS ESTIS SAL TERRAE: O SERMÃO DE SANTO ANTÔNIO

Em 1578, reinava em Portugal um jovem de grande fervor religioso e militar – embora lhe faltasse experiência no último aspecto –, que ainda no ventre de sua mãe tornara-se o único herdeiro direto da Casa de Avis para suceder o avô, d. João III.

Enquanto rei, d. João III teve dez filhos, mas teve a desventura de ver todos mortos quando ainda era vivo. Seu nono filho, o príncipe João Manuel, viveu o suficiente para se casar e deixar um herdeiro, nascido quando toda a prole do monarca falecera, fazendo desta criança, desde a tenra idade, a última esperança de Portugal.

Coroadado rei, ascendera ao poder ainda aos três anos de idade, sendo seu trono regido pela avó, a rainha viúva Catarina da Áustria e depois, por seu tio-avô, o cardeal Henrique de Évora. O jovem era um rei *Desejado* por seus súditos. Nascido a 20 de janeiro de 1554, fora batizado com o nome do santo daquele dia: *Sebastião*.

Aos quatorze anos, tornou-se maior de idade e assumiu o governo português em 1568. Convicto de que era a ponta da lança de Cristo na cruzada contra os mouros no norte da África, destinado a cumprir os desígnios de um reino que universalizaria a fé católica, combatendo os hereges, infieis e pagãos, a campanha de d. Sebastião terminaria onde começara quando tinha apenas 24 anos de idade.

Ao desembarcar suas tropas no Marrocos, seguiu para o interior e foi derrotado na Batalha de Alcacer-Quibir. Seu corpo jamais fora encontrado. Ao reino de Portugal, voltariam apenas boatos, que nas décadas seguintes, fomentariam a crença sobre o retorno do jovem rei.

Após o curto reinado de seu tio-avô, o cardeal d. Henrique, um homem quase septuagenário e preso aos votos religiosos, a gloriosa Casa de Avis, que estendera os domínios portugueses pelos quatro cantos do mundo, seria extinta ainda no começo de 1580.

A coroa portuguesa seria reivindicada por nobres europeus com algum parentesco em relação à família reinante, como d. Antônio, o prior de Crato e d. Catarina de Bragança, ambos primos de d. Sebastião e principais postulantes ao trono, porém o poder seria efetivamente conquistado pelo rei da Espanha, Filipe II.

Durante a união das coroas da Península Ibérica, um nobre português, chamado d. João de Castro, neto homônimo do quarto vice-rei das Índias, apoiou outro primo de d. Sebastião na sucessão ao trono, o bastardo d. Antônio, prior de Crato. Após a morte do pretendente, João de Castro passou a construir a ideia do retorno do rei desaparecido nas areias do Marrocos. Baseado nas trovas messiânicas de um sapateiro, Gonçalo Annes, o

‘Bandarra’, que vivera em Portugal na primeira metade do século XVI e anunciava o retorno de um *Rei Encoberto*:

Já o Leão é experto
 Mui alerta
 Já acordou, anda a caminho
 Tirará cedo do ninho
 O porco, e é mui certo
 Fugirá para o deserto,
 Do Leão, o seu bramido,
 Demonstra que vai ferido
 Desse bom Rei Encoberto (BANDARRA, 2010, p. 26).

Legitimando o sapateiro de Trancoso, d. João de Castro plantava sementes que germinariam em solo português diante do descontentamento frente às imposições castelhanas no século seguinte: o Sebastianismo.

Entre 1580 e 1640, o reino de Portugal seria administrado pelos monarcas espanhóis da dinastia de Habsburgo. O período da União Ibérica também ficaria conhecido como dominação filipina em razão dos três reis chamados Filipe, avô, filho e neto, que manteriam o controle sobre as duas coroas. Foram seis décadas de um domínio que começou à distância nos fins do século XVI, mas que estreitou seus vínculos e jurisdições no século seguinte, rompendo gravemente os acordos firmados com a nobreza portuguesa em 1581, quando convocadas para jurar fidelidade ao rei da Espanha nas Cortes de Tomar.

3.1 A Restauração

Era sábado, 1º de dezembro de 1640, quando conjurados portugueses invadiram o Paço da Ribeira em Lisboa, mataram o secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos e lançaram seu corpo pela janela para uma multidão enfurecida no Terreiro do Paço. Junto ao secretário, caía o domínio de Felipe IV e ascendia ao trono um novo rei. O duque de Bragança, neto de Catarina, nobre portuguesa que reivindicara a coroa portuguesa quando da morte de d. Sebastião pelo parentesco sanguíneo e legítima pretensão, era agora aclamado como rei d. João IV e comandaria a restauração portuguesa nas décadas seguintes, aproveitando o desprestígio espanhol e o apreço da nobreza portuguesa com sua família.

Não seriam poucos os impedimentos, nem breve o reconhecimento entre as cortes europeias. O novo monarca d. João IV enfrentaria a resistência da própria Igreja Católica, que durante os pontificados de Urbano VIII, Inocêncio X e Alexandre VII, condenariam sua pretensão, mantendo a autoridade do espanhol Filipe IV como rei de Portugal e estendendo por quase três décadas a Guerra de Restauração entre as duas coroas, findada quando d. João já estava morto. Enfrentou também os holandeses, que deixavam nada mais que o bagaço da cana-de-açúcar brasílico para o empobrecido Portugal do novo monarca.

3.2 Consolidação e legitimação do reino de Portugal na voz aguda de Antônio Vieira

A consolidação e a legitimação do seu reinado seriam garantidas por um padre jesuíta português, que formado e vivendo na Bahia de Todos-os-Santos, numa época em que os holandeses liderados por Maurício de Nassau ocupavam diversas das capitanias vizinhas no Brasil, vai a Portugal ocupar o cargo de pregador na Capela Real em Lisboa e de lá, trabalhar para conservar o reino restaurado e cumprir supostos desígnios proféticos de um último Império Cristão: *Antônio Vieira*.

Aos 33 anos de idade, o jesuíta viaja para Portugal na companhia do padre Simão de Vasconcelos e de d. Fernando, filho do vice-rei do Brasil, d. Jorge de Mascarenhas, para declarar fidelidade ao novo rei. Antônio Vieira torna-se uma espécie de embaixador de d. João IV em Portugal e na Europa. O monarca desde então ficaria “magnetizado pela figura de Vieira, sua verve, seu raciocínio brilhante, sua erudição, sua coragem. Para um rei inseguro como d. João IV, Vieira oferecia apoio inestimável” (VAINFAS, 2011, p. 89). O que também demonstrava a Companhia de Jesus na campanha a favor de um rei que não era reconhecido pela Santa Sé.

Durante o século XVII, o padre Antônio Vieira estabeleceu uma relação de ampla influência frente às comunidades cristãs na metrópole e na colônia brasílica. Diante das sociedades de Antigo Regime, o jesuíta se destacava pela retórica ao analisar em seus Sermões e Cartas, situações como a dominação filipina, as invasões holandesas e a Restauração Portuguesa, propondo caminhos para resolvê-los, como o combate aos inimigos espanhóis e holandeses e a recuperação das finanças do reino durante o reinado de d. João IV.

3.3 O jesuíta Antônio Vieira

Desde menino, aos oito anos de idade, Antônio Vieira atravessava as tortuosas ladeiras e ruas de Salvador para chegar ao Colégio da Bahia, onde com muita dificuldade buscava aprender a “ler, contar e escrever” (VAINFAS, 2011, p. 34) até que depois de tanto rogar a Virgem Maria para que o “livrasse da nuvem que obscurecia seu entendimento” (VAINFAS, 2011, p. 34) foi tomado por uma forte dor de cabeça diante dos sete altares da Sé, num famoso *estalo* que teria lhe dado luz para a razão perfeita. Assim, entre supostas dificuldades, seus primeiros passos levariam a uma carreira de ascensão única comparada a outros padres da Companhia, pois em poucas décadas seria Vieira uma das principais vozes a ecoar nos domínios portugueses.

Obedientes e disciplinados, os jesuítas acreditavam ser verdadeiros instrumentos de Deus, que através da ação prática deveriam cumprir Suas vontades, tanto na Terra como no Céu. É assim que Inácio de Loyola, fundador da Companhia, desenvolve os *Exercícios Espirituais*, que “tinham a finalidade precípua de purgar os pecados do discípulo e ajudá-lo a descobrir o que Deus queria dele” (GAMBINI, 1988, p. 99). Vieira não fugiria à regra, pelo contrário, desde a adolescência viveria “dedicando-se à oração mental ou oral, à contemplação e ao exame de consciência” (VAINFAS, 2011, p. 37). Não obstante a “imitação de Cristo” almejada nos Exercícios inicianos, também seguiria o curso de Filosofia e Artes, Teologia Escolástica e aprimoraria seu latim. Vainfas destaca que “a excepcionalidade de Vieira residia muito mais na sua inteligência acima da média, na sua enorme capacidade literária em língua portuguesa e no seu extraordinário talento oratório” (VAINFAS, 2011, p. 38).

Antônio Vieira viveu num dos períodos de consolidação das maiores transformações culturais da humanidade. A Modernidade trazia consigo o florescimento de utopias influenciadas pela racionalidade, motivando “os sonhos e a crença em um mundo melhor” (MENEZES, 2011, p. 163). Em Vieira, o misticismo estaria entre as utopias milenaristas que revigoravam crenças escatológicas, no caso dele, com a construção do Quinto (e último) Império cristão, revelando o messias que inauguraria um período de prosperidade e paz de mil anos antes do Apocalipse. Segundo Delumeau, “na Europa a partir do século XIV [houve] um reforço e uma difusão mais ampla do temor dos derradeiros tempos” (DELUMEAU, 1996, p. 206) solidificando nos dois séculos seguintes a expectativa da aniquilação do universo.

Assim, entre os diferentes temas, circunstâncias e propósitos de suas ações, é importante compreender a forte unidade de perspectiva em Vieira, que não pode ser selecionada por etapas, como o religioso, o político, o missionário, o vidente, o revoltado e o vencido, mas como um homem que pretendia cumprir uma missão: transformar todo o universo em um mundo cristão, com um forte senso político dentro de um contexto histórico que não pode ser fragmentado.

Antônio Vieira propaga a importância não apenas da vontade, “mas da ação efetiva do homem sobre seu meio natural e político de modo a submetê-lo à lei cristã” (PÉCORA, 2008, p. 68). Uma ação diária, contínua e ininterrupta, onde o homem deve em vida, recuperar a semelhança com seu Criador na hora da morte, vivendo plenamente o Sacramento, que garante essa união como um organismo natural e hierárquico. Consiste a Eucaristia, portanto um “canal direto com o divino” (PÉCORA, 2008, p. 90). União essa que Vieira admite ser provável de existir dentro de um Estado cristão particular: Portugal.

O reino lusitano começava a comungar a ideia de ser o povo eleito e maior colaborador na obra de redenção do mundo ainda nos tempos de d. Manoel, rei de Portugal entre 1495 e 1521, que já “sonhava com uma espécie de império universal e messiânico [...], um ‘quinto império’, como aquele que profetizará o padre Antônio Vieira” (DELUMEAU, 2007, p. 177), organizando as primeiras esquadras com destino as Índias, num projeto imperial onde a religião precedia o comércio. Os portugueses intrépidos navegavam pelos oceanos guiados por Deus, servindo mais aos interesses espirituais do que nos tratos e proveitos temporais.

No litoral brasileiro, desde a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral em abril de 1500, sem esquecer, porém das potencialidades econômicas que o proveito das novas terras poderia gerar o escrivão Pero Vaz de Caminha esclarece em carta ao monarca que “a conversão do gentio seria a principal tarefa dos portugueses na América” (MENEZES, 2011, p. 172). Durante o reinado de d. João III, entre 1521 e 1557, a organização da exploração da colônia e da conversão dos indígenas à fé católica foi efetivada com o Regimento do Governador escrito para o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, garantir a unicidade do projeto colonizador a partir de 1549.

O duque de Bragança, aclamado em fins de 1640 como rei d. João IV seria o bloco de mármore onde Vieira lapidaria o *rei encoberto*, aquele que século antes teria sido, segundo o jesuíta, profetizado pelo simples sapateiro Gonçalo Annes, o Bandarra – contemporâneo de outro rei João, o terceiro – para erguer o Quinto Império.

O padre Antônio Vieira “ao profetizar o estabelecimento do Quinto Império por d. João IV, coroou uma longa tradição que atribuía a Portugal, desde suas origens, o cumprimento de desígnios divinos” (MENEZES, 2011, p. 179). Assim, desde o mito fundador de Portugal, o famoso “milagre” na Batalha de Ourique no ano 1139, quando d. Afonso Henriques se autoproclama *Rex Portugallensis* – Rei dos Portugueses – pois teria tido uma visão de Cristo que garantira a vitória dos cristãos contra o numeroso exército muçulmano; passando pela bravura dos pioneiros navegadores a alcançar as Índias com Vasco da Gama sob as ordens de d. Manoel e culminando na colonização empreendida por d. João III, Portugal seria o reino escolhido por Deus para ser o último antes do fim do mundo.

3.4 Vieira e a Restauração

A guerra de Restauração Portuguesa contra a dominação filipina começaria em 1640 e só alcançaria os termos de paz e o reconhecimento da dinastia de Bragança pelos espanhóis em 1668 e pela Igreja Católica durante o pontificado de Clemente IX no ano seguinte. Logo nos primeiros anos, consciente da fragilidade da causa brigantina frente ao poderio do rei Filipe IV, Antônio Vieira tratou não apenas de legitimar o “rei de todos os portugueses”, mas de conscientizar seus súditos sobre a importância da ação para a conservação do reino,

pregando sobre matéria tão secular quanto a reforma tributária [pois] o erário régio estava exaurido, no início da Restauração. As receitas coloniais declinavam com a perda do nordeste açucareiro e de várias praças orientais. A guerra contra a Espanha prosseguia, tragando as últimas reservas do Tesouro. Se a reforma tributária não foi ideia de Vieira, foi a ele que o rei incumbiu de convencer o clero e a nobreza a contribuir, também eles, para o esforço de guerra (VAINFAS, 2011, p. 99).

Ainda que reconheça a legitimidade dos três Estados na sociedade de Antigo Regime – Clero, Nobreza e Povo – Vieira discursa sobre a importância da renúncia da imunidade e privilégios dos dois primeiros para a consolidação da causa lusitana, pois:

se os três estados do Reino, atendendo a suas preeminências, são desiguais, atendam a nossas conveniências, e não o sejam; Deixem de ser o que são, para serem o que é necessário, e iguale a necessidade os que desigualou a fortuna” (VIEIRA, 1957, p. 36).

A igualdade entre os homens, segundo Vieira, somente existia em espírito, diante de Deus, mas seu empenho em garantir a independência da nação portuguesa o faz agir de forma drástica: “Quando vos perguntarem quem sois vós, não vades revolver o nobiliário de vossos avós, ide ver a matrícula de vossas ações” e ainda conclui “A verdadeira fidalguia é a ação; o que fazeis isto sois, nada mais.” (VIEIRA, 1957, p. 155). O mercantilismo europeu passa a ser conciliado por Vieira com a fraternidade universal católica, cujos Estados privilegiados, Nobreza e Clero, também ganhariam com o surgimento do Império Português.

Um império que precisa ser construído por meio do sacrifício de cada Homem: nobre, camponês e escravo; branco, mestiço e negro; católico e converso. O religioso deseja para si e imita o sofrimento de Cristo. Não na cruz, onde o martírio salvou todos os Seus filhos num último instante, mas no Sacramento, onde morre repetidamente para continuar vivo entre cada um deles. Assim, o leigo deve se entregar diariamente e com todos os recursos que dispuser, materiais e místicos, cumprir a profecia do Quinto Império:

Eis aqui a razão por que o religioso se parece mais com o Sacramento que com a cruz. Na Cruz morre-se uma só vez, no Sacramento morre-se cada dia. Sei que disse Santo Agostinho que só os mártires pagam a Cristo a fineza que fez em se deixar no Sacramento, porque morrem por quem morre por eles: *Qui accedis ad mensan Principis debes similia praeparare: hoc beati martyres fecerunt.* – Mas esta razão de Santo Agostinho – dê-nos licença o lume da Igreja – impugna-se facilmente, porque muitas mortes não se pagam com uma só morte:

Cristo no Sacramento morre todos os dias, os mártires morrem uma só vez: logo, não pagam os mártires a Cristo no Sacramento. Pois, que diremos a isto? Digo que os mártires pagam a Cristo na Cruz, os religiosos pagam a Cristo no Sacramento. Os mártires pagam a Cristo na Cruz, porque morrem uma vez por quem uma vez morreu por eles; os religiosos pagam a Cristo no Sacramento, porque morrem cada dia por quem morre por eles todos os dias. Há quem o diga? Não é menos religioso que o exemplar de todos, S. Paulo: *Quotidie morior* (1 Cor 15, 31): Cada dia morro. – De maneira que, assim como Cristo no Sacramento inventou um modo de morrer sem acabar, para, morrendo, poder dar a vida, e, não acabando, poder repetir a morte, assim os patriarcas das religiões – e melhor que todos o Seráfico em seu divino intuito – parecendo-lhe pouco amor não morrer, e pouca morte morrer só uma vez, acharam este modo milagrosamente natural de viver morrendo, para na morte multiplicarem as entregas da vida, e na vida perpetuarem os sacrifícios da morte (VIEIRA, 1957, p. 354).

Vieira está pronto para fechar e abrir a todo instante as portas de que tanto temem os homens. A Morte: Temem-na, por apenas desejar a Cruz e não viver plenamente o Sacramento. Devem enfim, aceitar a morte para viver. E diante dela, eternizar os sacrifícios de suas vidas. Devem quebrar o vidro de suas frágeis vidas para abraçar o diamante de suas sólidas eternidades:

A morte tem duas portas: *Qui exaltas me de portis mortis*. Uma porta de vidro, por onde se sai da vida, outra porta de diamante, por onde se entra à eternidade. Entre estas duas portas se acha subitamente um homem no instante da morte, sem poder tornar atrás, nem parar, nem fugir, nem dilatar, senão entrar para onde não sabe, e para sempre. (VIEIRA, 1957, p. 223).

O discurso do padre Antônio Vieira, personagem inserido num grupo político próximo ao rei d. João IV, com objetivos de garantir a estabilidade de sua pretensão, era essencial para a legitimação da fidelidade dos súditos após seis décadas de dominação espanhola. Entre àqueles que pretendiam manter a guerra pela restauração e os outros que viam na negociação com os reinos estrangeiros uma melhor saída para a situação, o prestigiado jesuíta conquistara autoridade da nobreza para anunciar os melhores caminhos para reestruturar o reino.

Para um discurso ser eficiente é necessário que, além de ser compreendido, seja reconhecido pelo seu destinatário. Parte-se do princípio de que há um outro com competência para tal, o enunciatário, que se relacionaria com o enunciador, sendo que os procedimentos argumentativos utilizados por este seriam parte integrante desta relação. Percebe-se assim a necessidade de referências entre enunciador e enunciatário, onde aquele selecionaria, no interior das possibilidades discursivas, formas e sequências, mantendo-se no campo do que poderia ser dito. A finalidade última do discurso seria a persuasão, onde caberia ao destinatário o papel de intérprete do discurso, que a partir daí o teria ou não como verdadeiro. No entanto, para que o discurso tenha sucesso, faz-se necessário uma identidade entre enunciador e enunciatário, que no caso do discurso é definido por Pierre Bourdier de campo político que, segundo o autor, limitaria o universo do discurso político, ou seja, do que seria pensável politicamente. (MAGALHÃES, 2000, p. 19)

A *Razão de Estado* argumentada pelo padre Antônio Vieira na década de 1640 para legitimar o duque de Bragança como o novo rei de Portugal, d. João IV, acontecia num período de grande instabilidade. Durante a década anterior, a União Ibérica perdia gradualmente o caráter de autonomia que os portugueses tinham sobre seus domínios firmados com o Tratado de Tomar em 1581, dada a constante transgressão sob comando do rei Filipe IV (Filipe III, de Portugal). Além disso, as capitanias açucareiras no Brasil encontravam-se governadas por Maurício de Nassau, prejudicando gravemente o erário régio e a estabilidade da dominação filipina.

De acordo com Alcir Pécora, que em *Política do Céu (Anti-Maquiavel)* discute como o discurso vieiriano estava na contrapartida do maquiavelismo do período, é preciso distinguir conceitos como “ética e política, sendo o primeiro o domínio das práticas morais e o segundo o domínio das práticas necessárias ao governo eficaz da coisa pública” (PÉCORA, 2007, p.

174). O estadista fala como sua das coisas do governo, mas começa a tratar como matéria distinta. Durante a Reforma Católica, a Razão de Estado passa a ser incorporada à moralidade cristã, assim “a ação histórica do Estado cristão concilia-se por dentro (por um processo que bem se poderia chamar de ‘transubstancial’) com a vontade divina e seus desígnios providenciais” (PÉCORA, 2008, p. 124). Ao contrário do que afirmavam Nicolau Maquiavel e Marinho Lutero, que tentavam desprovidencializar o Estado, desconsiderando suas funções teológicas, o padre Antônio Vieira caminha em sentido contrário neste debate.

Segundo o padre Antônio Vieira, ao defender que “não há fim sem meios”, restringe seu enunciado para a ação da Igreja institucional a fim de salvar os fiéis. Pécora argumenta que dentro da causuística jesuítica “não há como circunscrever o âmbito [da ética] fora de certa prática” (PÉCORA, 2007, p. 176), que deve ser completamente direcionada a existência de uma política de obras dirigida à perfeição do ser que a criou.

A providencialidade dos meios éticos e políticos para as decisões humanas direcionam para um caminho melhor e mais reto, de tal modo que os homens devem espelhar sua política temporal no modelo celeste. O rei que Antônio Vieira procura anunciar precisa operar o Estado como Cristo, “supremo monarca, e exemplar de todo o bom governo” (VIEIRA, 1957, p. 433) por meio de uma política de obras que atinja a excelência cristã.

Em termos práticos, as dificuldades econômicas do reino durante a Restauração Portuguesa foram apresentadas pelo padre Vieira como uma prédica moral para que os súditos dos três Estados, numa prática coletiva, cumprissem com a obra temporal orientada por sinais teológicos para reerguer a nação católica e lusitana, e assim “satisfazer à necessidade, e não ao apetite; à natureza, e não à vaidade” (VIEIRA, 1957, p. 201).

Segundo Alcir Pécora, além da larga adoção no século XVII de que o rei que é cabeça do organismo hierárquico, em Vieira, também é “alma do reino, e juntamente com a Fé e a Lei, ocasião natural (com origem, portanto, em Deus) da ordenação política do Estado” (PÉCORA, 2007, p. 182).

Entre as funções próprias do rei estão ofício da Guerra, a aplicação da Justiça e a Administração do Império: Quanto a Guerra, o padre Vieira ressalta em seus Sermões o papel da Graça divina na resistência aos inimigos, como no caso da Bahia que resistia cotidianamente ataques da Marinha holandesa durante a década de 30. Inimigos que não eram apenas da Bahia, mas de toda a cristandade:

posto que com as armas nas mãos, não pomos a confiança nelas, mas todo o nervo da nossa guerra consiste em outros instrumentos bélicos, muito fortes,

que são as orações e preces com que invocamos Deus (VIEIRA, 1957, p. 45).

Quanto a Justiça a ser exercida pelo rei, “a punitiva e a distributiva, que de ambas, segundo argumenta, dependia da paz interna do Reino” (PÉCORA, 2007, p. 185) e na década de 1640 estava fora do horizonte de d. João IV com o combate aos espanhóis na Europa e o domínio dos holandeses no Brasil, mas deveria ser enfrentada por todo organismo, considerando que tanto a aplicação da “justiça punitiva, que castiga os maus, como da justiça distributiva, que premia os bons” (VIEIRA, 1957, p. 88) eram os dois polos para resolver e sustentar a conservação de qualquer monarquia, que faltara durante o reinado do espanhol Filipe IV e que justificava a ruína e queda do Brasil perante os holandeses.

A aplicação da Justiça supõe um comando capaz de fazer cumprir a lei, que o rei deve fazer de maneira limitada por uma moral que está acima dele, pois o:

exercício de um poder delegado divinamente obriga naturalmente à adoção de uma prática virtuosa, sem a qual rompe-se o compromisso suposto na delegação e faz com que esta perca legitimidade (PÉCORA, 2007, p. 188).

O combate aos inimigos e a aplicação da Justiça dependia crucialmente de um equilíbrio nas finanças do Reino, onde Vieira pregará sobre a necessidade de uma equidade no pagamento de impostos entre os três Estados. Assim, a *Razão de Estado* proposta por Vieira alcança seu ápice neste estudo quando o padre jesuíta prega o *Sermão de Santo Antônio* “na festa que se fez ao Santo na Igreja das Chagas de Lisboa, aos catorze de setembro de 1642, tendo-se publicado as Cortes para o dia seguinte” (VIEIRA, 1957, p. 24).

A administração do reino português, instituído numa sociedade de valores nobiliárquicos e hereditários que no século XVII não tinha mais as funções que haviam lhe forjado durante a Idade Média foi principal alvo de Vieira na luta pela Restauração Portuguesa, pois a nobreza lusitana era “parasitária e vivia de pensões do Estado” (MENEZES, 2000, p. 9), uma transformação que Vitorino Magalhães Godinho analisa para entender o miserável estado do reino no período:

A fidalguia é uma ordem que assenta na propriedade fundiária, portanto, mas não exclusivamente – e esta constitui uma das originalidades da sociedade peninsular. Participa também largamente dos réditos públicos (GODINHO, 1971, p. 72).

Desde o século XV, quando Portugal concretiza suas pretensões sobre o continente africano, liderados pelo infante d. Henrique na conquista de Ceuta em 1415, os eventos expansionistas que levaram ao descobrimento do caminho marítimo até as Índias e a criação da imagem de um Império salvacionista, o proveito³ conquistado com a colonização ultramarina passou a transformar a sociedade portuguesa. A riqueza advinda dos impostos dos produtos e especiarias estrangeiras foi “dilapidada, utilizada para o luxo e para a ostentação, ou entesourada, insistindo em não se transformar em produção” (MENEZES, 2000, p. 7). Assim, o reino de Portugal, imerso em grande crise institucional, entre os que se dividem em manter fidelidade aos espanhóis e os que pretendem apoiar a causa brigantina, como o padre Antônio Vieira viria a tornar-se principal enunciador, era fundamental combater o parasitismo da nobreza no reino, que conforme Menezes:

Não foi uma característica eternamente inerente a este segmento social. Durante o período de predominância das relações feudais na península, a nobreza cabia um importante papel social. Com a desarticulação das relações feudais, a nobreza deixa de ter qualquer “função” social a desempenhar. Por conseguinte este segmento social perde justamente aqueles atributos que conferiam legitimidade a seus direitos, que passam então a ser privilégios. Para continuar se mantendo enquanto nobreza, os nobres passam então a parasitar o Estado, parasitismo este que não se limita aos países ibéricos, mas que ali é mais agudo devido à própria decadência. Somente então o parasitismo passa a ser uma característica da nobreza (MENEZES, 2000, p. 9).

O *Sermão de Santo Antônio* foi pregado em Lisboa às vésperas da reunião das Cortes, que foram convocadas para discutir a necessidade de aumentar a tributação no reino. O objetivo do padre, imerso numa sociedade de valores que não mais existem, onde seu discurso teleológico, sempre caminha para a conciliação dos valores críticos para manter a eficácia em operações temporais, que “implicaria sempre uma mobilização determinada da vontade humana, sendo preciso considerar ainda que essa mobilização se especifica aí em termos de atos regulares, cotidianos” (PÉCORA, 2008, p. 80).

Ronaldo Vainfas apresenta os diversos fatores que enfraqueceram a monarquia dual na península Ibérica, como envolvimento na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) contra França e Holanda; os levantes na Catalunha e Nápoles; em Portugal, as sedições antifiscais de Évora em 1637, agravados pela concessão de benefícios eclesiásticos a estrangeiros e finalmente, a nomeação de Margarida de Sabóia, duquesa de Mântua, prima do rei Felipe IV, como vice-

³ Segundo Sezinando Luiz Menezes, o termo *porveito* ou *proveito* aparece recorrentemente nos documentos do século XVII com o sentido de lucro e ganhos materiais. VER: MENEZES, 2011, p. 173.

rainha de Portugal, um ato que feria gravemente o juramento feito nas Cortes de Tomar em 1581, em que os espanhóis só poderiam ser vice-reis ou governadores de Portugal enquanto descendentes da família real, sendo, no máximo, filhos, irmãos ou sobrinhos (VAINFAS, 2011, p. 505-507) tornavam as medidas de aumento da tributação sobre o Povo uma matéria delicada, mas uma ocasião propícia para o padre Antônio Vieira “dar respostas às questões históricas que vivenciava” (MENEZES, 2000, p. 7).

Como observa João Adolfo Hansen, o discurso argumentativo de Antônio Vieira, orientado por um sentido religioso e político considera a ocasião “uma circunstância ou conjunto de circunstâncias que favorecem a ação de uma causa livre”. Para o autor a ocasião:

atua sobre a vontade do agente de modo imediato, uma vez que remove obstáculos interpostos em sua ação e, ainda, porque induz a vontade a cooperar positivamente. A ocasião é um incentivo para a ação. No século XVII, é um conceito político, com o sentido de concurso de causas que abre caminho à grandeza (HANSEN, 1989, p. 402).

A *Razão de Estado* empregada por Vieira se estende pelo campo da virtude, quando os homens devem agir no instante oportuno após examinarem as circunstâncias, não de forma obstruída pela vontade de cada um, mas na ocasião determinada pela Providência, pois “a ocasião nunca é fortuita, mas, ao contrário, momento exato do ajuste entre a vontade histórica – o arbítrio – e a Vontade divina livre, de que a liberdade do primeiro é apenas participação análoga” (PÉCORA, 2007, p. 193).

A pregação de Vieira é sempre dirigida a um público subordinado, dado em pleno Antigo Regime, anterior aos ideais iluministas que contestariam os privilégios e os lugares de cada estamento. Segundo Alfredo Bosi,

Vieira falava a um auditório para o qual o nobre era ontologicamente nobre; o clero, clero *in aeternum*, o vilão, vilão; o cristão, cristão; o judeu, judeu. Assim o quisera a vontade divina, assim o estabelecia a natureza das coisas (BOSI, 1992, p. 123).

Porém, o discurso do padre Vieira é enfático ao dizer que a desigualdade entre os homens não é natural, mas social e então, propõe uma subversão da ordem jurídica naquela sociedade, tornando iguais àqueles que eram desiguais.

“Estavam publicadas as Cortes no Reino para 15 de setembro; vem São Antônio aos 14, porque vem às cortes” (VIEIRA, 1957, p. 9). O sermão, pregado aos nobres na véspera da reunião das Cortes priorizava a ação e não a substância do homem para reerguer economicamente o reino e combater a Espanha na Europa e a Holanda no Brasil.

A argumentação de Vieira gira em torno da importância de Santo Antônio para aqueles dias, figura que constituiria um modelo para os nobres na manhã seguinte, por conter “as qualidades que constituem um perfeito procurador de Cortes: fiel e estadista” (VIEIRA, 1957, p. 10). Era o Santo fiel como português, Santo Antônio de Lisboa; estadista como italiano, Santo Antônio de Pádua, sendo fiel à própria terra e empregando a Razão de Estado no estrangeiro⁴.

Vos estis sal terrae: A alegoria construída pelo padre Antônio Vieira lembrava que o outro Antônio, o Santo, era chamado Sal da Terra. A referência provinha das ações milagrosas do franciscano que salvara milagrosamente seu pai, poupando-lhe da morte e restituindo-lhe a boa saúde, enquanto ressuscitara estranhos após a morte.

Aos estranhos ressuscitou-os depois de mortos: a seu pai conservou-lhe a vida, para que não morresse; que essa diferença faz o divino português dos seus aos estranhos. Para com os estranhos é recuperador das cousas perdidas, para com os seus é também preservador de que se não percam. Por isso com bem ocasionada propriedade se compara hoje no Evangelho ao sal: *Vos estis sal terrae*. O sal é remédio da corrupção, mas remédio preservativo: não remedeia o que se perdeu: mas conserva o que se pudera perder, que é o de que temos necessidade (VIEIRA, 1957, p. 11).

Vieira pretende ser um alquimista ao comparar o reino português ao Sal. O reino, sustentado à custa dos impostos pagos pelo Terceiro Estado, segundo o padre jesuíta, precisava diminuir a elevada carga que caía sobre o Povo, segmento que era produtivo naquela sociedade com uma nobreza parasitária e um clero imune, pois uma maior quantidade de riquezas nas mãos da burguesia poderia ser convertida em capital para Portugal e assim conservar a estrutura do reino.

O Sal, capaz de conservar a tudo, é tomado por Vieira como referência desde Cristo, que chamara seus apóstolos de pescadores inicialmente, depois lhes chamando de Sal: “Sois

⁴ Santo Antônio, o mais universal dos portugueses, nasceu em 1191 em Lisboa, em casa de seu pai, ao pé da Sé, onde foi batizado com o nome de Fernando. Porque seu pai era Marim, Fernando Martins. Foi cônego regrante agostiniano, mas o nome Antônio, aliás. Antônio da Vera Cruz, somente adotou em Coimbra, em 1220, quando admitido na então recém-criada Ordem dos Frades Menores de Francisco de Assis. O nome Antônio foi escolhido em homenagem a Santo Antônio Magno. Há quem diga que Santo Antônio, que é de Lisboa e de Pádua, também deveria ser de Coimbra, onde viveu e estudou por dez anos, no Mosteiro de Santa Cruz. Foi ao Marrocos, seguindo caminho dos Mártires Franciscanos e lá, caindo doente, quis retornar a Portugal, mas uma tempestade levou o barco à Sicília. Daí frei Antônio passou à Península Itálica. Já ordenado sacerdote, tinha então, 30 anos. (...) Teve frei Antônio importante atuação política, contrapondo-se ao tirano Ezzelino, e seu nome figura no preâmbulo de leis que modificaram normas econômicas no norte da Itália. Numa ação que se poderia dizer atualíssima, em Pádua, terra de banqueiros, pregou contra a usura e os juros altos. Foi grande orador e, para ouvi-lo, juntavam-se multidões de dezenas de milhares de pessoas. Pregou por toda a Itália, e no sul da França, contra as heresias e, muitas vezes, contra os excessos do clero. (...) Foi canonizado sem que se completasse um ano de sua morte, fato inédito, antes e depois dele, até hoje. In: NEVES, 2009, p. 219-220.

pescadores, apóstolos meus, porque quero que vades pescar por esse mar do mundo; mas advirto-vos que sois também sal; porque quero que pesqueis, não para comer, senão para conservar” (VIEIRA, 1957, p. 10). O padre chama os nobres e os clérigos para juntos deixarem de ser o que são, isentos e privilegiados pela defesa temporal e espiritual do reino durante sua constituição para serem o que é necessário naqueles dias de inconstância e urgência:

A matéria, ou natureza do sal, são três elementos transformados, os quais, tendo sido fogo, ar e água, se uniram em uma diferente espécie, e se converteram em sal. (...) Assim como o sal é uma junta de três elementos, fogo, ar e água, assim a república é uma união de três estados, eclesiástico, nobreza e povo. O elemento do *fogo* representa o estado eclesiástico, elemento mais levantado que todos, mais chegado ao céu e apartado da terra; elemento a quem todos os outros sustentam, isento ele de sustentar a ninguém. O elemento do *ar* representa o estado da nobreza, não por ser a esfera da vaidade, mas por ser o elemento da respiração, porque os fidalgos de Portugal foram o instrumento felicíssimo por que respiramos, devendo este reino eternamente à resolução de sua nobreza os alentos com que vive, os espíritos com que se sustenta (VIEIRA, 1957, p. 11).

O padre jesuíta não pretende apenas reequilibrar as finanças portuguesas, mas garantir que a aplicação do modo sacramental nas ações de todos os Estados esteja “a serviço, prioritariamente, da propagação da fé” (PÉCORA, 2008, p. 121), pois o reino de Portugal representa uma disponibilidade imediata, mas ainda não cumprida naquele presente histórico e “o que existe como Graça dada ainda precisa efetivar-se como vontade que a busca e, então, fazer com que se cumpra toda” (PÉCORA, 2008, p. 125). Uma situação que não está completamente configurada para que se cumpram os desígnios daquele reino, considerando que apenas um dos Estados está voltado para ele:

Finalmente, o elemento da *água* representa o estado do povo (...) e não como dizem os críticos, por ser elemento inquieto e indômito, que à variedade de qualquer vento se muda, mas por servir o mar de muitos e mui proveitosos usos à terra, conservando os comércios, enriquecendo as cidades, sendo o melhor vizinho que a natureza deu às que amou mais. (VIEIRA, 1957, p. 12).

A manifestação oculta de Deus significa mais do que aparece, pois o espírito divino esteve lá desde o início e estará também até a comunhão definitiva do homem, cabendo ao padre em seu discurso, dado num espaço privilegiado daquela sociedade, subir ao púlpito, lugar específico para proclamar que “vário é o estado em que a substância se condensa e o mistério se apresenta” (PÉCORA, 2008, p. 127). Segundo George Duby:

esta seria uma forma legítima de compreensão das relações sociais e de poder, tendo em vista que a história das sociedades deve basear-se nas estruturas materiais, entendidas aqui a partir das organizações, relações e hierarquias no interior de um grupo. Os sistemas de valores funcionariam como articuladores das relações sociais, e assim, seriam determinantes para as definições de princípios de ação (DUBY, 1976, p. 130).

É importante neste caso, compreender os fenômenos mentais da época, ajustando-os às suas condições materiais, em que então o padre Antônio Vieira conclui que juntos, mas ainda distintos, a ação comum e harmônica dos três Estados é imprescindível para a conservação de Portugal:

Estes são os elementos de que se compõe a república. Da maneira, pois, (...) estes três elementos políticos hão de deixar de ser o que são, para se reduzirem unidos a um estado que mais convenha à conservação do Reino. O estado eclesiástico deixe de ser o que é por imunidade, e anime-se a assistir com o que não deve. O estado da nobreza deixe de ser o que é por privilégio, e alente-se a concorrer com o que não usa. O estado do povo deixe de ser o que é por possibilidade, e esforce-se a contribuir com o que pode; e desta maneira, deixando cada um de ser o que foi, alcançarão todos juntos a ser o que devem, sendo esta concorde união dos três elementos, eficaz conservadora do quarto: *Vos estis sal terrae*. (VIEIRA, 1957, p. 11).

Nas décadas de 40 e 50 daquele século, com grande prestígio diante da Corte portuguesa e trabalhando incessantemente como o arauto que vem legitimar o discurso do sapateiro e trovador quinhentista Bandarra à condição de verdadeiro profeta, Vieira verifica as realizações que ainda não foram cumpridas até a época de d. João IV e passa a construir a ideia da ressurreição do rei tão logo este falece em 1656. O primeiro monarca da dinastia de Bragança, que em vida garantia à Vieira toda segurança para suas teorias e artimanhas em Portugal e ao redor da Europa, seria excomungado *post-mortem* no ano seguinte e suas polêmicas medidas, como a abertura ao capital sefardita, logo foram revogadas.

Restava a Vieira continuar sua obra. Assim, depois de ressuscitado, d. João IV venceria os espanhóis na Guerra de Restauração da Coroa Portuguesa, uniria os reinos cristãos europeus e finalmente, venceria os infiéis ao redor do mundo, tornando-se imperador e concretizando a profecia de mil anos de felicidade.

4 TIÃO OU JOÃO? A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA EM QUADRINHOS

As Histórias em Quadrinhos são contadas através de arte sequencial, que conjuga texto e imagens organizadas com o objetivo de contar histórias dos mais variados gêneros e estilos. Eram publicadas no formato de revistas, livros ou de pequenos trechos editados em jornais e revistas. Porém, atualmente existem as versões digitais, que podem ser acessados através de variados dispositivos eletrônicos, inclusive móveis. Ao exercer grande atração entre os adolescentes e jovens, acreditamos no espaço para seu uso como um objeto de aprendizagem.

A principal referência para o desenvolvimento desse produto foi o ilustrador João Spacca, que em parceria com renomados historiadores, publicou os livros de Histórias em Quadrinhos *Debret em Viagem Histórica e Quadrinhesca ao Brasil* e *D. João Carioca - a corte portuguesa chega ao Brasil (1808-1821)*.

Assim, dentro da temática de pesquisa de mestrado sobre a importância de Antônio Vieira para a construção de um Império Cristão iniciado com a restauração de Portugal frente aos espanhóis após seis décadas de dominação filipina, apresentamos uma narrativa com eventos desde a formação de Portugal como um reino independente, onde introduzimos os eventos da morte de d. Sebastião em 1578 e a disputa entre os pretendentes ao trono português nos anos seguintes, que culminariam com a tomada do poder pelo rei Filipe II da Espanha e conseguinte União das coroas na Península Ibérica – e em todas as suas colônias, inclusive o Brasil.

Utilizamos o software *Comic Life 3.0* para a estruturação das imagens e textos dentro de um modelo sequencial de História em Quadrinhos, auxiliado por programas editores de imagens, como *Adobe Photoshop* e *CorelDraw*. O arquivo disponibilizado pode ser lido e compartilhado em aparelhos eletrônicos, como *tablets* e *smartphones*, que dentro de sala permitiria ao professor manter seus alunos interagindo com o conteúdo curricular de forma inovadora, ou simplesmente impresso e distribuído para leitura convencional.

As histórias em quadrinhos são reconhecidas como uma linguagem, e não mais como subproduto de cultura de massa, tanto que não são raras em vestibulares e no Programa Nacional Biblioteca na Escola. A linguagem vem sendo estudada profundamente, com por objetivo levar os jovens alunos a se interessarem mais pela História enquanto disciplina escolar, facilitando a compreensão de um tema tão complexo.

A História, inserida entre as demais disciplinas escolares no mercado editorial de materiais didáticos sofre cortes de conteúdo para adequação a um padrão mercadológico, onde

supostamente alguns trechos, eventos, acontecimentos, ou até culturas consideradas menos relevantes sejam excluídas em favor de outros, considerados mais relevantes.

Em *Ensino de História: fundamentos e métodos*, Circe Bittencourt discute as diferentes formas de seleção de conteúdos, onde a maioria das publicações, seguindo a tradição editorial, cria um currículo com uma linearidade histórica a partir da ocupação portuguesa em território brasileiro até os dias atuais, o que é chamado História do Brasil e outra, de certa forma paralela, reunindo uma grande margem temporal, acontecimentos em algumas sociedades africanas, asiáticas, americanas e, sobretudo, as europeias, chamada assim de História Geral. Entretanto, alguma mudança surge nesse horizonte, pois algumas propostas curriculares mais recentes apresentam conteúdos organizados por eixos temáticos, como Trabalho, Gênero e Alimentação.

O ensino de História procura desde o século XIX valorizar uma identidade nacional brasileira, ressaltando em livros, pinturas e monumentos, heróis que despertem essa suposta nacionalidade, como Tiradentes, Filipe dos Santos e d. Pedro I e os eventos que protagonizaram, como a Conjuração Mineira, a Revolta de Vila Rica e a Independência do Brasil, respectivamente.

Influenciada pela escola francesa e pelo catolicismo, lembrando que até o início da República, foi a religião oficial do Brasil, onde se ensinava uma História com fins religiosos, generalizada e com poucos conteúdos sobre o próprio país. É a partir da segunda metade do século XX que começam a brotar gerações de historiadores comprometidos em pesquisar a história esquecida nos séculos anteriores.

Após a *Escola dos Annales*, a historiografia e o ofício do historiador passam a ser revistos. Os documentos históricos deixaram de serem apenas aqueles oficiais, assinados por personalidades, e passam a abranger quaisquer vestígios materiais – e mais recentemente, imateriais – que as sociedades deixaram enquanto vigentes. Os documentos – subentendam-se todas as suas possibilidades agora –, permite ao historiador um olhar diferenciado, onde o próprio cruzamento de dados de suas fontes pode criar uma inédita perspectiva.

As fontes documentais são fundamentais na metodologia de ensino da disciplina de História, ao permitir ao aluno um contato direto com culturas que não ocupam o mesmo espaço e tempo que ele. Segundo Cainelli:

Uma nova concepção do documento histórico implica, necessariamente, que sua utilização hoje é indispensável como fundamental do método de ensino, principalmente porque permitem o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. (CAINELLI, 2004, p. 101).

A ideia é inserir o documento histórico e instigar o aluno a problematizar situações entre o passado e o presente sem cometer anacronismos. Assim, é possível superar o tradicional viés positivista de simples reprodução de dados, como continua Cainelli:

A concepção renovadora de documento e de seu uso em sala de aula parte do pressuposto de que o trabalho com documentos históricos pode ser ponto de partida para a prática de ensino de História. Nesta perspectiva, os documentos não serão tratados como um fim em si mesmo, mas deverão responder às indagações e as problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado (CAINELLI, 2004, p. 102).

A inserção de fontes documentais nos livros didáticos permite compreender plenamente o processo de construção do conhecimento histórico, onde o aluno aprende a valorizar o documento como fruto de um sujeito que como ele, teve significado para a sociedade em que foi vigente. O uso de fontes documentais, ao menos na teoria, consente às mudanças favoráveis ao ensino, mas é um longo e requer uma ação efetiva e perseverante para que os resultados apareçam nos futuros cidadãos.

Durante a história em quadrinhos, intitulada *Tião ou João: padre Antônio Vieira e a construção do Império Português*, o leitor é levado a compreender os eventos que culminaram no fim da dinastia de Avis – a morte do rei d. Sebastião em 1578 –, a disputa pela sucessão do trono português e o discurso de Antônio Vieira para legitimar d. João IV como rei por imagens delimitadas em quadros.

No desenrolar dos acontecimentos, pretendemos levar o leitor a conhecer o padre Antônio Vieira e a reconhecer sua importância para a legitimação da Restauração Portuguesa iniciada em 1640, onde o jesuíta projeta no rei d. João IV a ideia de um rei encoberto que viria para cumprir os desígnios de Portugal como cabeça do Quinto (e último) Império cristão antes do fim do mundo e propõe mudanças radicais na sociedade e cultura lusitanas para alcançar seus objetivos.

O arquivo final será disponibilizado na rede para compartilhamento em aparelhos eletrônicos. Durante a história, o leitor encontrará várias inserções contextualizando acontecimentos ao cenário cultural da época, para que este consiga assimilar o conteúdo geral aos eventos específicos dos quadrinhos.

O material é uma proposta de suporte didático a ser compartilhado durante as aulas de História do Brasil Colonial entre os séculos XVI e XVII, onde o professor pode disponibilizar o arquivo eletrônico ou impresso para os alunos.

5 CONCLUSÃO

Antônio Vieira. Padre, católico, jesuíta, missionário e português, distante de permanecer dividido e solto em tais lacunas, formaria em si uma unidade visionária, consciente e objetiva, que estaria presente, de forma ativa ou indireta, em eventos cruciais no desenrolar das transformações históricas no reino de Portugal e na América portuguesa durante o século XVII.

A formação jesuítica, expressa primordialmente pelos *Exercícios Espirituais* foi fundamental para a compreensão de suas ações na década de 1640, quando vai a Portugal declarar a fidelidade à causa brigantina. A instabilidade da nova dinastia exigia a inserção de um discurso para sua legitimação, considerando que as cortes europeias e o próprio papado negavam a pretensão de d. João IV ao trono português.

Os Exercícios Espirituais moldavam de forma física e psicológica o praticante para cumprir por meio de ações no plano terrestre aquilo que a Providência determinava, quando interpretados os escritos religiosos. O padre Antônio Vieira, durante toda sua vida agiu para cumprir com sua Razão de Estado, por meio de seus sermões, cartas, conselhos e viagens, em questões como as invasões holandesas no Brasil, a conservação da liberdade dos índios, a manutenção da escravidão africana, a igualdade jurídica entre os cristãos-velhos e cristãos-novos, entre outros.

Entretanto, tais questões são partes de uma maior: a Restauração Portuguesa. O discurso de Vieira no começo da década de 1640 revela seu grande projeto teleológico para fundamentar entre as distintas camadas da sociedade portuguesa, fazendo convergir para um só ponto seus interesses divergentes. Ao pregar o Sermão de Santo Antônio às vésperas da reunião das Cortes para discussão sobre uma reforma tributária no reino restaurado, Vieira pretendia romper valores culturais, onde as vaidades de cada estamento deveriam ser deixadas de lado, para que a ação do homem cristão prevalecesse aos seus interesses materiais e retóricos.

A ação do religioso jesuíta, que como Cristo morre todos os dias no Sacramento para dar vida ao outro, deve inspirar também o leigo, seja ele nobre ou vilão. Todos deveriam abdicar de seus privilégios e imunidades para contribuir com a restauração do reino, profundamente abalado pela dominação holandesa no litoral brasileiro e os combates com as tropas espanholas.

Uma vida longa e com contradições quanto aos meios, adquirindo grande prestígio na corte portuguesa, durante o reinado de d. João IV, viajando pelos salões europeus para solucionar problemas políticos e econômicos, enfrentando a oposição da Inquisição e até de sua própria ordem religiosa, chegando a ser o educador de príncipe herdeiro d. Teodósio que morreria em 1653, levando para o túmulo parte do projeto vieiriano marcam a trajetória do padre jesuíta.

Fundamentado pelos episódios cumpridos e profecias a se cumprir, Vieira anuncia d. João IV como o portador do estandarte de Cristo e Portugal como o reino designado por Deus para fundar o Quinto Império (considerando os impérios assírio, persa, grego e romano, como os quatro primeiros), terreno e universalmente cristão. Quando da morte do monarca em 1656, e da conseguinte excomunhão no ano seguinte, Vieira cai em desgraça nas teias do Santo Ofício por seus escritos proféticos baseados nas trovas do sapateiro quinhentista Bandarra. É processado e preso, perdendo espaço na corte portuguesa durante os reinados de d. Afonso VI e d. Pedro II.

O discurso de Antônio Vieira, ao analisar aspectos jurídicos, aliados às perspectivas messiânicas perdem fôlego com o passar das décadas, mas os resultados de seus discursos na década de 1640 para legitimar a dinastia de Bragança lançariam raízes férteis para o reino restaurado nos séculos seguintes. Enquanto Vieira caía na marginalidade política, o reino e a nova dinastia prosperava. Em 1668, Portugal e Espanha chegavam nos termos para a paz na península ibérica. No ano seguinte, durante o pontificado de Clemente IX, a Igreja Católica reconhece a dinastia de Bragança e a autonomia portuguesa.

Consolidados a pretensão da casa de Bragança em Portugal e no ultramar, os problemas econômicos seriam logo suavizados com a descoberta do ouro nos sertões do Brasil em fins do século XVII, alçando Portugal à glória dos primeiros tempos, enquanto chegava ao fim a vida do próprio Antônio Vieira.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, João Lúcio. **História de Antônio Vieira**. São Paulo: Alameda: 2008.

AZEVEDO, Silvia Maria; RIBEIRO, Vanessa Costa (orgs.). **Vieira: vida e palavra**. São Paulo: Loyola, 2008.

BANDARRA, Gonçalo Annes. **As trovas do Bandarra num breve Compendio de Notables Vaticinios de 1687**. Porto: Ecopy, 2010.

BARREIRO, Álvaro SJ. **O livro da vida de Cristo de Ludolfo da Saxônia e os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola**. Revista Perspectiva Teológica. Belo Horizonte: FAJE, 2007, v. 39, nº 109, p. 351-368.

BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loiola**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Antônio Vieira, profeta e missionário: Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição**. In: Estudos Avançados. Editora USP: São Paulo, 2008.

_____. **Essencial Padre Antônio Vieira**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

CAINELLI, Marlene. **Um novo lugar para o documento histórico: configurações, acenos e possibilidades para uma nova prática de ensino nas séries iniciais**. São Paulo: Autêntica, 2004.

DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade, uma história do Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DUBY, George. História Social e Ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1971.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia no século XVII**. Campinas: UNICAMP, 1989.

_____. **Desencolher cabeças**. Rio de Janeiro, RHBN, 2015.

HERMANN, Jacqueline. **1580-1600: o sonho da salvação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERNANDES, Paulo Romualdo. **Os exercícios espirituais da Companhia de Jesus e a educação**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 30, p. 292-312, jun. 2008.

LOYOLA, Inácio de. **Autobiografia de Santo Inácio de Loyola**. Braga: Editorial do Apostolado da Oração, 2005.

_____. **Diário espiritual de Santo Inácio de Loyola**. São Paulo: Loyola, 1977.

_____. **Exercícios Espirituais**. Porto Alegre: Arquidiocese de Porto Alegre, 1966.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **A legitimidade da Restauração Portuguesa a partir do discurso do padre Antônio Vieira (1641-1651)**. Curitiba: UFPR, 2000.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2006.

MENEZES, Sezinando Luiz. **O padre Antônio Vieira, a cruz e a espada**. Maringá: Eduem, 2000.

_____. **O jesuíta e o sapateiro: De regno de Christi in Terris Consumatto**. In: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IV, n. 11, Setembro 2011.

NEVES, João Alves das. **400 anos Padre Vieira**: “Imperador da Língua Portuguesa”. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2009.

O’MALLEY, John W. **Os primeiros Jesuítas**. Bauru: EDUSC, 2004.

PAMPALONI, Massimo. **Cultura, arte e história**: a contribuição dos jesuítas entre os séculos XVI e XIX. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

PÉCORA, Alcir. **Política do Céu (Anti-Maquiavel)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Teatro do sacramento**: a unidade teleológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. Campinas: Unicamp, 2008.

RENDINA, Sergio. **L’itinerario degli Esercizi Spirituali di Sant’Ignazio di Loyola**. Commento introdutivo alle quattro settimane. Roma: ADP, 2004.

SHAKESPEARE, William. **A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.

VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira**: jesuíta do rei. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VIEIRA, Antônio. 1608-1697, S.J. **Carta 1657 Abril 20, Maranhão ao rei D. Afonso VI**. 1657 Abril 20. 3 f. ; 2º original autógrafo BN MSS. 7, nº 47.

_____. **Sermões**. São Paulo: Editora das Américas, 1957.

WRIGHT, Jonathan. **Os Jesuítas**: missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

ANEXOS

Anexo A – Tião ou João? Padre Antônio Vieira e a construção do Império Português

Tião ou João?



**padre Antônio Vieira
e a construção do
Império Português**

ALLYSON LIMA

capítulo 1: o reino de Cristo

DESDE 711, OS MUÇULMANOS OCUPARAM A PENÍNSULA IBÉRICA, UMA REGIÃO ATÉ ENTÃO DOMINADA PELOS CRISTÃOS. AOS POUCOS, A RIVALIDADE ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS AUMENTAVA, ATÉ QUE UMA GUERRA DE RECONQUISTA ECLODISSE ENTRE OS DOIS POVOS.

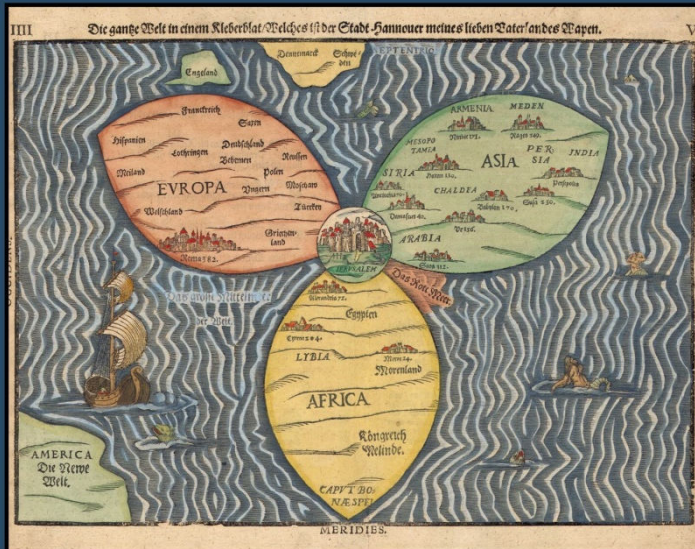
EM 1139, AFONSO HENRIQUES DE BORGONHA, CONDE DE PORTUGALE, UMA REGIÃO LITORÂNEA DA PENÍNSULA IBÉRICA, LIDEROU UMA CAMPANHA MILITAR PARA EXPULSAR OS MUÇULMANOS.



DIANTE DE UM EXÉRCITO MUÇULMANO MAIOR QUE O SEU, AFONSO HENRIQUES TERIA PRESENCIADO UM MILAGRE QUANDO ESTAVA À BEIRA DA DERROTA...

SEGUNDO A LENDA, CRISTO APARECEU AO CONDE DE PORTUGALE, QUE MESMO EM DESVANTAGEM NÚMÉRICA CONSEGUIU VENCER A BATALHA DE OURIQUE, PROCLAMANDO SI MESMO REI DE PORTUGAL.

NOS SÉCULOS SEGUINTE, A CRENÇA NA INTERVENÇÃO DE DEUS SERIA A PROVA PARA EXISTÊNCIA DO REINO DE PORTUGAL COMO UMA VONTADE DIVINA E, PORTANTO, ETERNA.



NA IDADE MÉDIA, AS SOCIEDADES EUROPEIAS ACREDITAVAM QUE O MUNDO SE LIMITAVA APENAS A EUROPA, ÁSIA E ÁFRICA.

OS PORTUGUESES SERIAM OS PIONEIROS A EXPLORAR AS ÁGUAS MISTERIOSAS DO OCEANO ATLÂNTICO.

PRETENDIAM CHEGAR ÀS ÍNDIAS NO EXTREMO ORIENTE À PROCURA DE UMA NOVA ROTA PARA AS PRECIOSAS ESPECIARIAS.

PORÉM, DESCOBRIRAM QUE HAVIA MUITO MAIS ALÉM DO HORIZONTE...



A EXPANSÃO ULTRAMARINA PORTUGUESA COMEÇA EM 1415. LIDERADOS PELO INFANTE DOM HENRIQUE, OS PORTUGUESES CONQUISTAM A CIDADE DE CEUTA, NO MARROCOS, QUE ERA DOMINADA PELOS MUÇULMANOS.

NAS DÉCADAS SEGUINTE, ESTABELECEM UMA PRÓSPERA CAMPANHA EM TORNO DO LITORAL DO CONTINENTE AFRICANO.

EM 1498, O NAVEGADOR VASCO DA GAMA CHEGA A CALICUTE, NAS ÍNDIAS, GARANTINDO AOS PORTUGUESES A SONHADA ROTA DAS ESPECIARIAS.

OS PRECIOSOS ARTIGOS DO ORIENTE, COMO PIMENTA-DO-REINO, CRAVO, CANELA, NOZ-MOSCADA, ERVAS MEDICINAIS, SEDA, MARFIM, PORCELANA, ENTRE OUTROS, FARIAM DE PORTUGAL UM IMPORTANTE REINO MERCANTE NO SÉCULO SEGUINTE.



NO DIA 22 DE ABRIL DE 1500, PEDRO ÁLVARES CABRAL, QUE VIAJAVA RUMO ÀS ÍNDIAS, ANCORO EM TERRAS DESCONHECIDAS.

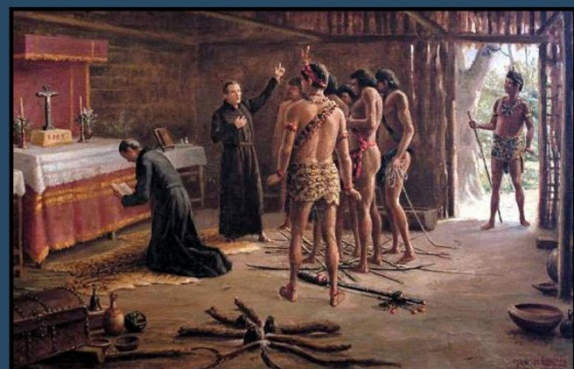
ELE CHEGAVA AO BRASIL, UMA TERRA ADMIRÁVEL PELA TERRA FÉRTIL, CLIMA AGRADÁVEL, VEGETAÇÃO FRONDOSA, ÁGUAS ABUNDANTES E PELA GENEROSA GENTE NATIVA QUE VIVIA EM COMPLETA HARMONIA COM TODA AQUELA NATUREZA.



"PORÉM O MELHOR FRUTO, QUE NELA SE PODE FAZER, ME PARECE QUE SERÁ SALVAR ESTA GENTE. E ESTA DEVE SER A PRINCIPAL SEMENTE QUE VOSSA ALTEZA EM ELA DEVE LANÇAR."

ASSIM RECOMENDAVA O ESCRIVÃO DA VIAGEM, PERO VAZ DE CAMINHA, AO REI DE PORTUGAL PARA QUE A PALAVRA DE DEUS FOSSE LEVADA AOS ÍNDIOS.

UMA ENTRE MUITAS MISSÕES QUE SERIAM CHEFIADAS PELOS PADRES JESUÍTAS NOS SÉCULOS SEGUINTE.



Capítulo 2: o primeiro soldado



INÁCIO LÓPEZ DE LOYOLA. NASCIDO EM 1491, DE FAMÍLIA NOBRE DO NORTE DA ESPANHA, ENQUANTO JOVEM, SERVA COMO GENTIL-HOMEM DO VICE-REI DE NAVARRA ATÉ SER FERIDO POR UM TIRO DE ARCABUZ ENTRE AS PERNAS QUE QUASE O MATOU EM 1521 DURANTE A BATALHA DE PAMPLONA.

APÓS UMA CIRURGIA PARA RECONSTITUIR AS PERNAS, PASSOU MESES INVÁLIDO NUMA CAMA NO CASTELO DE SEU PAI EM LOYOLA.

DURANTE SUA RECUPERAÇÃO, FEZ A LEITURA DE DUAS OBRAS QUE TRANSFORMARAM SUA VIDA PARA SEMPRE:

A VIDA DE CRISTO,
ESCRITA PELO
MONGE LUDOLFO DA
SAXÔNIA EM 1374

E A LEGENDA ÁUREA,
ESCRITA PELO
BISPO JACOBO DE
VORAGINE EM 1280.

OS LIVROS NARRAVAM HISTÓRIAS SOBRE JESUS E DE SANTOS EM VIDA, PARA INSPIRAR POR MEIO DE SUAS AÇÕES O MODELO DE COMPORTAMENTO DOS CRISTÃOS.

ENQUANTO LIA, INÁCIO ABSORVIA A MENSAGEM E PASSAVA A DESEJAR PARA SI OS MARTÍRIOS DE CRISTO E DOS SANTOS.

QUANDO SE RECUPEROU DOS FERIMENTOS, SABIA QUE SUA ARMADURA NÃO SERIA MAIS DE AÇO E SUAS ARMAS NÃO SERIAM MAIS AS LÂMINAS DAS ESPADAS E LANÇAS.

AGORA, INÁCIO QUERIA SER UM SOLDADO DE CRISTO, ARMADO APENAS COM AS PALAVRAS DE DEUS.

SONHAVA EM IR PARA JERUSALÉM, MAS COM A IMPRATICABILIDADE DA VIAGEM, PASSOU A ANDAR PELA EUROPA, REUNINDO SEGUIDORES ATÉ CHEGAR EM ROMA PARA DECLARAR SUA OBEDIÊNCIA AO PAPA.



EM 1534, INÁCIO E SEIS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE PARIS, FUNDARAM A COMPANHIA DE JESUS, FAZENDO VOTOS DE POBREZA E CASTIDADE, ALÉM DE TOTAL OBEDIÊNCIA AO PAPA E AOS SUPERIORES NA NOVA ORDEM.

QUANDO CHEGOU A ROMA, CONSEGUIU A APROVAÇÃO DO PAPA PAULO III EM 27 DE SETEMBRO DE 1540 POR MEIO DA BULA REGIMINI MILITANTIS ECCLESIAES.

EM POUCOS ANOS, SOB O COMANDO DE INÁCIO DE LOYOLA, OS PADRES JESUÍTAS SE ESPALHARAM PELO MUNDO PARA CUMPRIR SUAS MISSÕES.



UMA DAS PRINCIPAIS BASES NA FORMAÇÃO JESUÍTICA ERAM OS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS ESCRITOS PELO PRÓPRIO INÁCIO DE LOYOLA.

DURANTE QUATRO SEMANAS, EM TOTAL RECLUSÃO, O EXERCITANTE DEVE SE SUBMETER À PRIVAÇÕES FÍSICAS E MEDITAÇÕES ESPIRITUAIS.

SEGUNDO INÁCIO, O EXERCITANTE DEVE "A TODO E QUALQUER MODO PREPARAR E DISPOR A ALMA, PARA TIRAR DE SI TODAS AS AFEIÇÕES DESORDENADAS E, AFASTANDO-AS, PROCURAR E ENCONTRAR A VONTADE DIVINA NA DISPOSIÇÃO DA VIDA PARA A SALVAÇÃO DA ALMA".



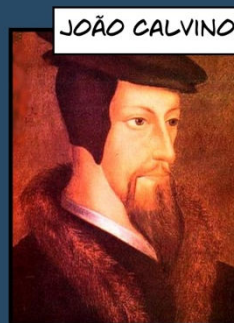
O EXERCITANTE DEVE TRAZER À MEMÓRIA A GRAVIDADE E MALÍCIA DOS PECADOS CONTRA SEU CRIADOR E SENHOR, REFLETINDO COM INTELIGÊNCIA COMO OS ATOS CONTRA A BONDADE INFINITA LEVARAM COM RAZÃO, A CONDENAÇÕES ETERNAS.

FINALMENTE, EMPREGANDO UMA VONTADE RETA, DESCOBRIR O AMOR CONSTANTE DE DEUS E A NECESSIDADE E DOÇURA DE A PESSOA MUDAR OS HÁBITOS E AS ATITUDES ANTIGAS PARA A GRATIDÃO E O AMOR.

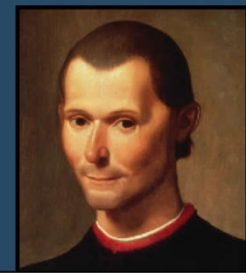
ALÉM DA CONVERSÃO DOS POVOS AFRICANOS, ASIÁTICOS E DOS ÍNDIOS NO BRASIL, OS JESUÍTAS TAMBÉM TERIAM DE COMBATER OS ESPECTROS DA IGREJA CATÓLICA A PARTIR DO SÉCULO XVI.



MARTINHO LUTERO.



JOÃO CALVINO.



NICOLAU MAQUIAVEL.



O PRINCIPAL REI EUROPEU A PRIVILEGIAR A COMPANHIA DE JESUS FOI DOM JOÃO III, QUE REINOU DE 1521 ATÉ SUA MORTE EM 1557.

DOM JOÃO III PERTENCIA A DINASTIA DE AVIS, A SEGUNDA FAMÍLIA A REINAR EM PORTUGAL. SEUS ANTEPASSADOS CONQUISTARAM LEGITIMAÇÃO NO SÉCULO ANTERIOR DURANTE AS BEM SUCEDIDAS VIAGENS EM TORNO DA ÁFRICA, CHEGANDO NAS ÍNDIAS E NO BRASIL.

DURANTE SEU PROJETO COLONIZADOR, ESTABELECEU A CONCESSÃO DE CAPITANIAS HEREDITÁRIAS NO BRASIL EM 1532. ANOS MAIS TARDE, ESTABELECEU O GOVERNO-GERAL NA BAHIA EM 1548, PARA CENTRALIZAR A ADMINISTRAÇÃO E A JUSTIÇA NA COLÔNIA EM QUE SERIAM ENVIADOS OS PRIMEIROS JESUÍTAS A FIM DE EXPANDIR A FÉ CATÓLICA.

NA MESMA ÉPOCA, VIVEU EM PORTUGAL UM SAPATEIRO QUE SE TORNARIA MUITO FAMOSO NO SÉCULO SEGUINTE. GONÇALO ANNES, CONHECIDO COMO BANDARRA. ALÉM DO OFÍCIO, TAMBÉM ERA UM TROVADOR QUE ESCREVA PROFECIAS SOBRE PORTUGAL COMO UM REINO UNIVERSAL E SOBRE A VINDA DE UM REI ENCOBERTO PARA A REALIZAÇÃO MESSIÂNICA.

"MUI ALERTO
JÁ ACORDOU, ANDA A CAMINHO
TIRARÁ CEDO DO NINHO
O PORCO, E É MUI CERTO
FUGIRÁ PARA O DESERTO,
DO LEÃO, O SEU BRAMIDO,
DEMONSTRA QUE VAI FERIDO
DESSE BOM REI ENCOBERTO".



BANDARRA FOI ACUSADO E PROCESSADO PELA INQUISIÇÃO EM 1541 PELO SUPOSTO JUDAÍSMO DE SUA OBRA.

SUAS TROVAS FORAM CENSURADAS, MAS SERIAM APROPRIADAS UM SÉCULO DEPOIS POR UM PADRE JESUÍTA.

capítulo 3: a moeda de duas coroas

EM 1578, APÓS LIDERAR UMA CAMPANHA MILITAR DESASTROSA CONTRA OS MUÇULMANOS NO MARROCOS, O JOVEM REI DOM SEBASTIÃO DESAPARECE NAS AREIAS DURANTE A BATALHA DE ALCÁCER-QUIBIR.



O REI DOM SEBASTIÃO TINHA APENAS 24 ANOS QUANDO DESAPARECEU EM COMBATE.

SEU TIO-AVÔ, O CARDEAL DOM HENRIQUE ASSUMIU O TRONO PORTUGUÊS, MAS DEVIDO A IDADE AVANÇADA E A IMPOSSIBILIDADE DE HERDEIROS PELOS VOTOS RELIGIOSOS, A SUCESSÃO DO TRONO ESTAVA AMEAÇADA.



E AGORA, QUEM PODERÁ ME SUCEDER?

ERA NETO DE DOM JOÃO III, SOLTEIRO E NÃO TINHA FILHOS PARA ASSUMIR O TRONO E CONTINUAR A DINASTIA DE AVIS. A SITUAÇÃO DEIXAVA O REINO DE PORTUGAL NUMA GRAVE CRISE.

A IMPRUDENTE CRUZADA DE DOM SEBASTIÃO NO MARROCOS CUSTARIA CARO AOS PORTUGUESES. AGORA, O VELHO CARDEAL-REI TINHA A RESPONSABILIDADE DE NOMEAR UM SUCESSOR ENQUANTO ESTAVA VIVO. ERA PRECISO AGIR LOGO, O TEMPO ESTAVA CONTRA DOM HENRIQUE.

MAS AFINAL, QUEM ERAM OS PRETENDENTES AO TRONO DE PORTUGAL?

NO SÉCULO XVI, PORTUGAL ERA UM DOS PRINCIPAIS REINOS EUROPEUS. ENQUANTO A REFORMA PROTESTANTE CRESCIA PELA EUROPA E AMÉRICA, A EXPANSÃO DA FÉ CATÓLICA PELO MUNDO E O COMBATE AOS LUTERANOS, CALVINISTAS, ANGLICANOS, JUDEUS, CRISTÃOS-NOVOS E MUÇULMANOS ERA UMA DAS BASES DO REINO PORTUGUÊS.

O BASTARDO?



EU SOU DOM ANTÔNIO, O PRIOR DE CRATO. SOU PRIMO DO TIÃOZINHO DA PÁGINA ANTERIOR. PORÉM, MEUS PAIS NÃO ERAM CASADOS, O QUE FAZ DE MIM UM BASTARDO E ISSO ESTÁ PESANDO NA ESCOLHA DO VELHO CARDEAL, QUE PRETENDE NOMEAR UM HERDEIRO "LEGÍTIMO".

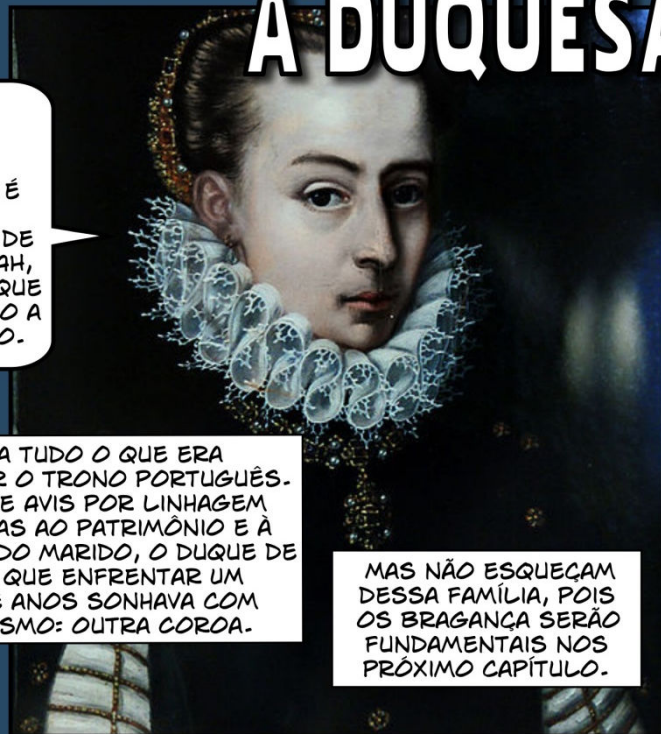
MESMO ASSIM, TENHO O APOIO DE ALGUNS NOBRES PORTUGUESES, DE GRANDE PARTE DO POVO E ESTOU DISPOSTO A BUSCAR AJUDA COM O REI DA FRANÇA E COM A RAINHA DA INGLATERRA, INIMIGOS DA ESPANHA, CUJO REI TAMBÉM ESTÁ DE OLHO NA COROA.

O QUE ACHARAM DO TONHÃO, HEIN? BEM CHARMOSO, NÃO? O PROBLEMA É QUE ALÉM DE SER UM NOBRE BASTARDO, DOM ANTÔNIO TAMBÉM ERA FILHO DE UMA CRISTÃ-NOVA. ISSO PARA O CARDEAL-REI DOM HENRIQUE ERA INACEITÁVEL.

OS CRISTÃOS-NOVOS ERAM OS JUDEUS CONVERTIDOS À FORÇA AO CRISTIANISMO EM 1497 POR ORDEM DO REI DOM MANUEL.

NAS DÉCADAS SEGUINTE, A DISCRIMINAÇÃO DOS "CRISTÃOS-VELHOS" CONTRA OS CONVERSOS PELAS SUSPEITAS DE PRÁTICAS JUDAIZANTES ALIMENTARAM O MEDO NOS DOMÍNIOS PORTUGUESES, ONDE ERAM TRATADOS COMO "GENTE DE SANGUE INFECTO".

A DUQUESA?



EU SOU DONA CATARINA, DUQUESA DE BRAGANÇA E TAMBÉM PRIMA DE DOM SEBASTIÃO. MINHA FAMÍLIA É UMA DAS MAIS RICAS, TRADICIONAIS E PODEROSAS DE TODO O REINO PORTUGUÊS. AH, E O CARDEAL-REI DOM HENRIQUE DEMONSTRA SIMPATIA QUANTO A MINHA PRETENSÃO AO TRONO.

DONA CATARINA TINHA TUDO O QUE ERA NECESSÁRIO PARA ASSUMIR O TRONO PORTUGUÊS. DESCENDIA DA FAMÍLIA DE AVIS POR LINHAGEM PATERNA, ERA RICA GRACAS AO PATRIMÔNIO E À INFLUÊNCIA DE SEU FALECIDO MARIDO, O DUQUE DE BRAGANÇA. MAS TERIA QUE ENFRENTAR UM INIMIGO QUE DURANTE ANOS SONHAVA COM OUTRA COROA. ISSO MESMO: OUTRA COROA.

MAS NÃO ESQUEÇAM DESSA FAMÍLIA, POIS OS BRAGANÇA SERÃO FUNDAMENTAIS NOS PRÓXIMO CAPÍTULO.

O ESPANHOL?

EU SOU FILIPE II, REI DA ESPANHA. ASSIM COMO DOM ANTÔNIO E DONA CATARINA, TAMBÉM SOU PRIMO DE DOM SEBASTIÃO. DURANTE MUITOS ANOS TENTEI DOMINAR PORTUGAL E AGORA COM A MORTE DO GAROTO O CAMINHO ESTAVA ABERTO.



ENTÃO, TRATEI DE GARANTIR O APOIO DE NOBRES PORTUGUESES COM TERRAS, RIQUEZAS E PROMESSAS DE TÍTULOS, POIS SABIA QUE O VELHO CARDEAL NÃO ME NOMEARIA COMO SEU SUCESSOR.

LOGO APÓS A MORTE DO CARDEAL-REI DOM HENRIQUE EM 1580, FILIPE II INVADIU O REINO COM SUAS TROPAS E FOI ACLAMADO REI DE PORTUGAL.

REUNIDO COM OS NOBRES PORTUGUESES NA CIDADE DE TOMAR, FILIPE II GARANTIU A AUTONOMIA AOS NOVOS SÚDITOS NOS CARGOS ADMINISTRATIVOS, JUDICIÁRIOS E ECLESIÁSTICOS, DESDE QUE RECONHECESSEM SUA SOBERANIA.

AGORA, ESPANHA E PORTUGAL - E TODAS AS SUAS COLÔNIAS, INCLUSIVE O BRASIL - ESTAVAM UNIDAS SOB O COMANDO DO REI ESPANHOL. COMEÇAVA UM IMPORTANTE CAPÍTULO DA NOSSA HISTÓRIA: A UNIÃO IBÉRICA!

A UNIÃO IBÉRICA DURARIA SEIS DÉCADAS, ENTRE OS ANOS DE 1580 E 1640.

DURANTE O PERÍODO, REINARAM COM AS DUAS COROAS OS ESPANHÓIS FILIPE II, SEU FILHO FILIPE III E SEU NETO FILIPE IV.



AO LONGO DOS ANOS, A AUTONOMIA PROMETIDA AOS PORTUGUESES NO TRATADO DE TOMAR FOI DEIXADA DE LADO E OS OS ESPANHÓIS PROCURAVAM INTERFERIR CADA VEZ MAIS NA ADMINISTRAÇÃO DE PORTUGAL E SUAS COLÔNIAS.

E FOI NO REINADO DE FILIPE IV QUE A SITUAÇÃO COMEÇOU A FICAR BASTANTE COMPLICADA PARA OS ESPANHÓIS...



FILIPE IV FOI REI DA ESPANHA E DE PORTUGAL DESDE 1621. SEU REINADO FICOU MARCADO POR EVENTOS BASTANTE DRAMÁTICOS...



A GUERRA DOS TRINTA ANOS, ENTRE 1618 E 1648, CONTRA FRANCESES E HOLANDESES...



EM 1637, PORTUGUESES FAZEM UMA REVOLTA NA CIDADE DE ÉVORA CONTRA O AUMENTO DE IMPOSTOS...



LEVANTES POPULARES NA CATALUNHA E EM NÁPOLES, OUTROS DOMÍNIOS ESPANHÓIS...



NO BRASIL, OS HOLANDESES INVADEM SALVADOR, NA BAHIA EM 1624, MAS NÃO CONSEGUEM ROMPER O CERCO DA CIDADE E SÃO EXPULSOS NO ANO SEGUINTE.

PORÉM, RETORNAM EM 1630, E COM UMA PODEROSA FROTA, CONQUISTAM PERNAMBUCO, ESTENDENDO SEUS DOMÍNIOS POR VÁRIAS CAPITANIAS NO BRASIL ATÉ 1654, O QUE CAUSARIA GRANDES PREJUÍZOS AOS COFRES PORTUGUESES, QUE PERDERAM O CONTROLE DE SUA PRÓSPERA REGIÃO AÇUCAREIRA.





SÁBADO, 1º DE
DEZEMBRO DE 1640

UMA MULTIDÃO
ENFURECIDA TOMA O
TERREIRO DO PAÇO
EM LISBOA

NOBRES PORTUGUESES
INVADEM O PRÉDIO E
LANÇAM POR UMA
JANELA O SECRETÁRIO
DE ESTADO MIGUEL DE
VASCONCELOS, QUE
ADMINISTRAVA
PORTUGAL EM NOME
DO REI ESPANHOL.

SEU LÍDER ERA JOÃO,
DUQUE DE BRAGANÇA.

JOÃO ERA NETO DE CATARINA,
DUQUESA DE BRAGANÇA QUE
REINVIDICARA O TRONO APÓS A
MORTE DE DOM SEBASTIÃO.

EM 15 DE DEZEMBRO DE 1640
ERA ACLAMADO COMO DOM
JOÃO IV, REI DE PORTUGAL.

O NOVO REI COMEÇAVA A
RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL
COMO UM REINO
INDEPENDENTE DOS
ESPAHÓIS, INAUGURANDO A
QUARTA E ÚLTIMA DINASTIA.

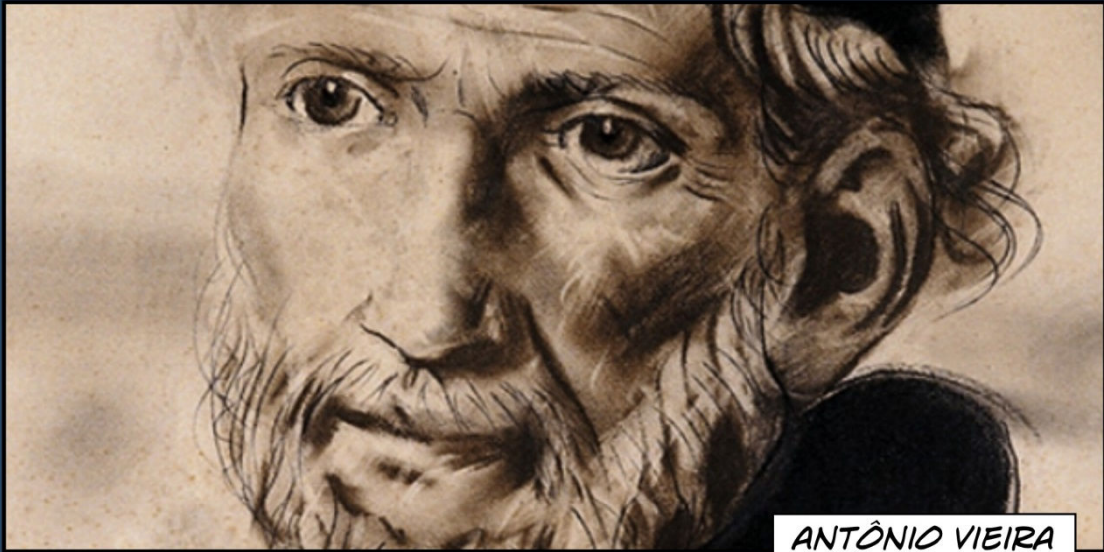


PORÉM, A PRETENSÃO
DE DOM JOÃO IV AO
TRONO NÃO ERA ACEITA
POR TODOS EM
PORTUGAL.

MUITOS MANTINHAM
LEALDADE AO REI FILIPE
IV, ACUSANDO O DUQUE
DE BRAGANÇA DE
"USURPADOR".



APÓS DÉCADAS DE CONFLITOS, EM 1668 OS
ESPAHÓIS RECONHECERIAM A INDEPENDÊNCIA DE
PORTUGAL, ASSIM COMO A IGREJA CATÓLICA
DURANTE O PONTIFICADO DE CLEMENTE IX EM
1669. ENTRETANTO, UM PADRE JESUÍTA SERIA
FUNDAMENTAL PARA TAL CONQUISTA.



ANTÔNIO VIEIRA

NASCIDO EM LISBOA, NO DIA 6 DE FEVEREIRO DE 1608, FILHO DE CRISTÓVÃO VIEIRA RAVASCO E MARIA DE AZEVEDO, ANTÔNIO VIEIRA CHEGOU AINDA MENINO NA BAHIA, ONDE FEZ SEUS PRIMEIROS ESTUDOS NO COLÉGIO JESUÍTA.

QUANDO OS HOLANDESES FORAM EXPULSOS DA BAHIA EM 1625, O JOVEM ANTÔNIO VIEIRA FICOU RESPONSÁVEL PARA ESCREVER A CARTA ANUA AO REI FILIPE IV NO ANO SEGUINTE, RELATANDO OS ACONTECIMENTOS DA GUERRA.

COM A INVASÃO DOS HOLANDESES EM PERNAMBUCO EM 1630 E A CONSEQUENTE EXPANSÃO PARA OUTRAS CAPITANIAS, ANTÔNIO VIEIRA PASSA A PREGAR EM SEUS SERMÕES SOBRE O RETORNO DE DOM SEBASTIÃO COMO UM REI "ENCOBERTO" PARA SALVAR OS PORTUGUESES.

DE ACORDO COM O JESUÍTA, QUE AFIRMAVA SUAS PROFECIAS COM BASE NAS TROVAS DO SAPATEIRO BANDARRA, O JOVEM REI DOM SEBASTIÃO, DESAPARECIDO DÉCADAS ANTES NAS AREIAS DO MARROCOS ESTAVA ANDANDO PELO MUNDO, LUTANDO CONTRA OS INFIÉIS E LEVANDO A FÉ CATÓLICA AOS CANTOS MAIS DISTANTES.

EM 1640, QUANDO O DUQUE DE BRAGANÇA LIDERA A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA, ANTÔNIO VIEIRA VAI A PORTUGAL JURAR FIDELIDADE A DOM JOÃO IV, COMEÇANDO UMA PRÓSPERA AMIZADE ENTRE O JESUÍTA E O NOVO REI.



capítulo 4: o arauto e o rei



NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1642, AS CORTES SE REUNIRIAM EM LISBOA PARA DISCUTIR O AUMENTO DE TRIBUTAÇÃO NO REINO.

ANTÔNIO VIEIRA, CIENTE DA SITUAÇÃO PRECÁRIA DO REINO, DOS PREJUÍZOS CAUSADOS PELAS INVASÕES HOLANDESAS E PELA GUERRA CONTRA A ESPANHA, PREGARIA NO DIA ANTERIOR O SERMÃO DE SANTO ANTÔNIO NA IGREJA DAS CHAGAS, EM LISBOA.

SANTO ANTÔNIO ERA O MODELO IDEAL PARA AQUELES DIAS: UM HOMEM FIEL A PRÓPRIA TERRA, LISBOA; ESTADISTA NO ESTRANGEIRO, PÁDUA. TAMBÉM ERA LEMBRADO COMO O "SAL DA TERRA", POR CONSERVAR AQUILO QUE PODE SE PERDER.

O PADRE JESUÍTA FALAVA DIANTE DE UMA SOCIEDADE DE ANTIGO REGIME, BASEADA EM PRIVILÉGIOS E IMUNIDADE, COMO NOBREZA E CLERO, MANTIDAS ÀS CUSTAS DOS IMPOSTOS PAGOS PELO POVO.

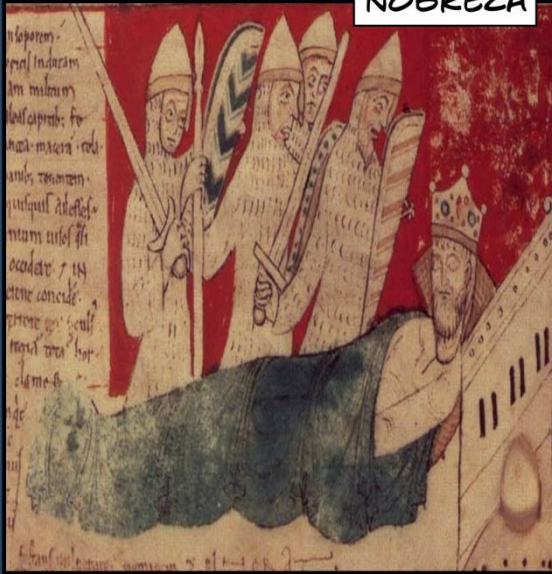
SEU DISCURSO ERA ENFÁTICO AO DIZER QUE A DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS NÃO ERA NATURAL, MAS SOCIAL E PROPUNHA UMA SUBVERSÃO DA ORDEM JURÍDICA NAQUELA SOCIEDADE, TORNANDO IGUAIS ÀQUELES QUE ERAM DESIGUAIS.

PORÉM, VIEIRA DEIXAVA CLARO QUE NADA DISSO PARTIRIA DO HOMEM.



ERA A VONTADE DE DEUS, CUJA OCASIÃO AGORA NÃO ERA OPORTUNA, MAS O MOMENTO EXATO PARA AJUSTAR A VONTADE DO HOMEM - O ARBÍTRIO - À VONTADE DIVINA - A PROVIDÊNCIA - E CUMPRIR SEUS DESIGNIOS PROFÉTICOS.

NOBREZA

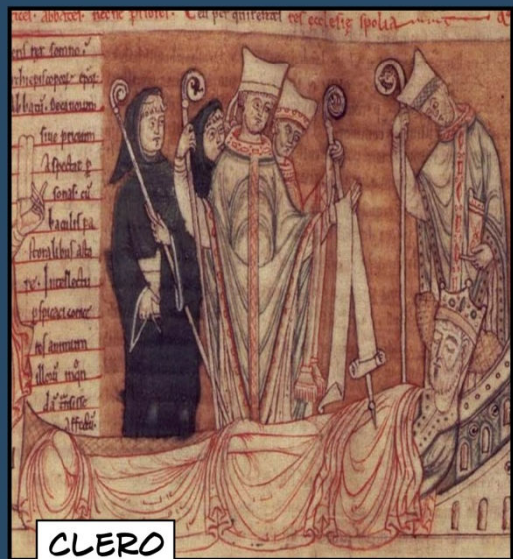


O ELEMENTO DO AR REPRESENTA O ESTADO DA NOBREZA, NÃO POR SER A ESFERA DA VAIDADE, MAS POR SER O ELEMENTO DA RESPIRAÇÃO, PORQUE OS FIDALGOS DE PORTUGAL FORAM O INSTRUMENTO FELICÍSSIMO POR QUE RESPIRAMOS, DEVENDO ESTE REINO ETERNAMENTE À RESOLUÇÃO DE SUA NOBREZA OS ALENTOS COM QUE VIVE, OS ESPÍRITOS COM QUE SE SUSTENTA.

O ESTADO DA NOBREZA DEIXE DE SER O QUE É POR PRIVILÉGIO, E ALENTE-SE A CONCORRER COM O QUE NÃO USA.

O ELEMENTO DO FOGO REPRESENTA O ESTADO ECLESIASTICO, ELEMENTO MAIS LEVANTADO QUE TODOS, MAIS CHEGADO AO CÉU E APARTADO DA TERRA ELEMENTO A QUEM TODOS OS OUTROS SUSTENTAM, ISENTO ELE DE SUSTENTAR A NINGUÉM.

O ESTADO ECLESIASTICO DEIXE DE SER O QUE É POR IMUNIDADE, E ANIME-SE A ASSISTIR COM O QUE NÃO DEVE.



CLERO

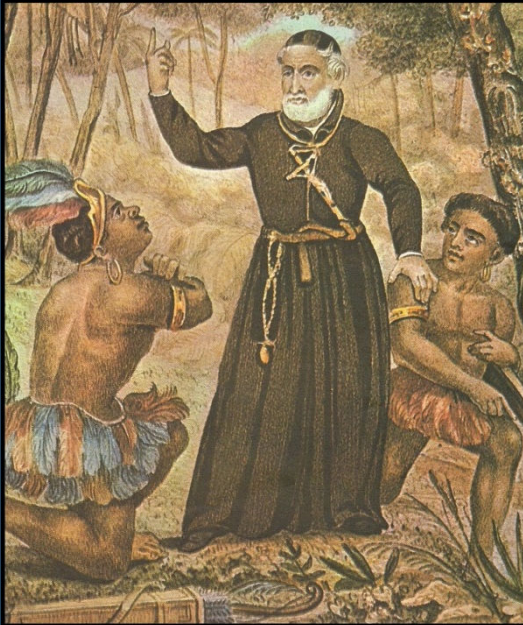
FINALMENTE, O ELEMENTO DA ÁGUA REPRESENTA O ESTADO DO POVO E NÃO COMO DIZEM OS CRÍTICOS, POR SER ELEMENTO INQUIETO E INDÔMITO, QUE À VARIEDADE DE QUALQUER VENTO SE MUDA, MAS POR SERVIR O MAR DE MUITOS E MUI PROVEITOSOS USOS À TERRA, CONSERVANDO OS COMÉRCIOS, ENRIQUECENDO AS CIDADES, SENDO O MELHOR VIZINHO QUE A NATUREZA DEU ÀS QUE AMOU MAIS.

O ESTADO DO POVO DEIXE DE SER O QUE É POR POSSIBILIDADE, E ESFORÇA-SE A CONTRIBUIR COM O QUE PODE.

POVO



E DESTA MANEIRA, DEIXANDO CADA UM DE SER O QUE FOI, ALCANÇARÃO TODOS JUNTOS A SER O QUE DEVEM, SENDO ESTA CONCORDE UNIÃO DOS TRÊS ELEMENTOS, EFICAZ CONSERVADORA DO QUARTO, O REINO: VÓS SOIS O SAL DA TERRA.



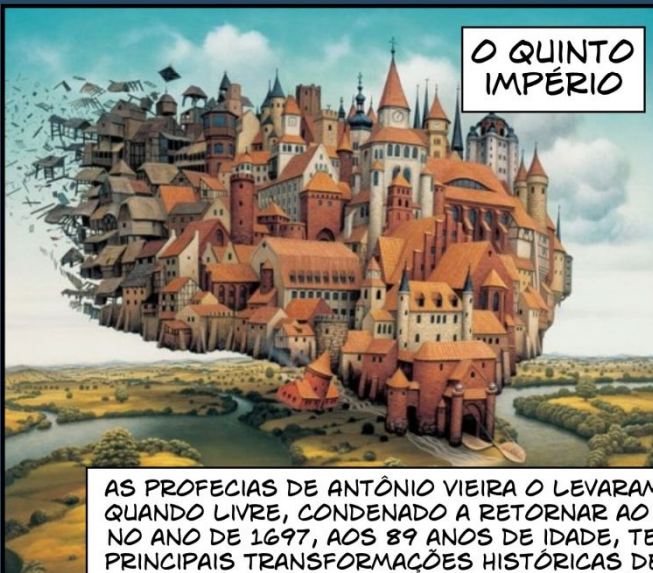
ALÉM DE PROPOR A DISTRIBUIÇÃO DOS TRIBUTOS PARA OS TRÊS ESTADOS DA SOCIEDADE, NOBREZA, CLERO E POVO, VIEIRA CONTINUARIA DURANTE DÉCADAS TRABALHANDO PARA CONFIRMAR A LEGITIMIDADE DA DINASTIA DE BRAGANÇA NO TRONO PORTUGUÊS.

COMO DIPLOMATA EM CORTES ESTRANGEIRAS, BUSCANDO O CAPITAL DOS CRISTÃOS-NOVOS, GRANDES COMERCIANTES QUE PODIAM RECUPERAR A ECONOMIA DO REINO, MAS VIVIAM LONGE DE PORTUGAL POR MEDO DA INQUISIÇÃO. SITUAÇÃO EM QUE O PADRE JESUÍTA TENTARIA GARANTIR A IGUALDADE ENTRE TODOS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, ABOLINDO AS DISTINÇÕES, PERSEGUIÇÕES, CONDENAÇÕES E CONFISCO DE BENS.

COM A MORTE DE DOM JOÃO IV EM 1656, ANTÔNIO VIEIRA ENFRENTARIA ANOS DIFÍCEIS DURANTE OS REINADOS DE SEUS FILHOS AFONSO VI E PEDRO II. DESPROTEGIDO, SERIA ALVO DOS TRIBUNAIS DA SANTA INQUISIÇÃO, ACUSADO DE HERESIAS POR DISCURSAR E DEFENDER A IGUALDADE ENTRE CRISTÃOS-NOVOS E CRISTÃOS-VELHOS.



O PADRE QUE EM VIDA CUMPRIRA SEUS VOTOS COM A COMPANHIA DE JESUS, PROMOVENDO POR MEIO DE AÇÕES A VONTADE DE DEUS, AINDA ESCREVERIA UMA ÚLTIMA OBRA.



O QUINTO IMPÉRIO

SEGUNDO VIEIRA, PORTUGAL ESTAVA DESTINADO A SER O QUINTO E ÚLTIMO IMPÉRIO NA TERRA, CONSIDERANDO AS REALIZAÇÕES VIVIDAS PELOS HOMENS ATÉ AQUELE MOMENTO.

UM IMPÉRIO CRISTÃO, QUE SERIA LIDERADO PELO ENCOBERTO REI DOM JOÃO IV APÓS SUA RESSURREIÇÃO, COMBATENDO OS INFIÉIS E UNIVERSALIZANDO O CATOLICISMO POR TODA A TERRA ANTES DO FIM DO MUNDO.

AS PROFECIAS DE ANTÔNIO VIEIRA O LEVARAM A SER PRESO PELA INQUISIÇÃO E QUANDO LIVRE, CONDENADO A RETORNAR AO BRASIL, MORRENDO EM SALVADOR NO ANO DE 1697, AOS 89 ANOS DE IDADE, TENDO PARTICIPADO ATIVAMENTE DAS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DE PORTUGAL E DO BRASIL DURANTE TODO SÉCULO XVII, SENDO SEM DÚVIDAS, O HOMEM DO SÉCULO.